

Carmen Alice Fortes da Cruz

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO DE CABO VERDE NA COMUNIDADE
ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO)**

Florianópolis

2018



Carmen Alice Fortes da Cruz

**ANÁLISE DA ATUAÇÃO DE CABO VERDE NA COMUNIDADE ECONÔMICA
DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO)**

Monografia submetida ao curso de graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal
de Santa Catarina, como requisito obrigatório para
obtenção do grau de Bacharel em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

Florianópolis

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Da Cruz, Carmen Alice Fortes
ANÁLISE DA ATUAÇÃO DE CABO VERDE NA COMUNIDADE ECONÔMICA
DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL (CEDEAO) / Carmen Alice
Fortes Da Cruz ; orientador, Daniel Ricardo Castelan,
2018.
55 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Atuação de Cabo Verde na
CEDEAO. 3. Integração Regional. I. Castelan, Daniel Ricardo
. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Relações Internacionais. III. Título.

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8 (oito) à aluna Carmen Alice Fortes da C na disciplina CNM 7280–Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 04 de dezembro de 2018.

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan,
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan,
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof., Dr. Fernando Seabra
Universidade Federal de Santa Catarina

Mestre, Renan Jark
Universidade Federal de Santa Catarina

*“Um sai pa strangêr rodeódo de fariseu, na mei d'infern ma sangue, tive sabe e margôse, Sete mar um corrê. Tud sempre ta aventurá, na iluzão di vida, ma preto ma branco. Um conchê mundo inter ma port, ta busca progresso, ta cumpri um destino, nes mundo cigano ki Deus dam. **Ma um ta sinti feliz de ter nascido Cabo Verdiano.**”*

Biografia d' um criol, Manel d'Novas.

Este trabalho é dedicado à minha família, em especial minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Deus, pela força e amparo constante, principalmente nos momentos mais difíceis. Muito obrigada senhor, por ser sempre a minha luz no fundo do túnel.

À toda minha família sem exceção pelo apoio incondicional, mãe, avó, irmãos, filha, marido e tios. Em atenção especial à minha mãe, Maria Albertina Fortes, por me ter me dado à oportunidade de realizar meus estudos no fora de Cabo Verde e principalmente pelo apoio incessante nas minhas decisões mais eloquentes, sem questionamentos. Obrigada, minha amada mãe sem ti nada seria! À minha avó, Albertina Frâncisca Rodriguês, que deixou seu lar sem pensar duas vezes, para vir cuidar das minhas duas filhas, Elaine e Pietra para que eu pudesse me dedicar integralmente neste final de curso. Nada que eu te faça nessa vida será suficiente como forma de agradecimento. Te serei eternamente grata, Mãezinha. Ao meu marido, Mamadú Badje, por suportar sozinho financeiramente nossa família, para que eu pudesse dedicar exclusivamente aos estudos. Muito obrigada, de coração.

À todos meus amigos que direta ou indiretamente me apoiaram nessa trajetória. À Carla Fonseca, por me incentivar e apoiar minha entrada e permanência na UFSC. À Andrea Jaramillo, Nataniel Sanhá, Cátia Sofia Chantre pelo auxílio na elaboração deste TCC.

Aos meus professores do curso, em especial meu orientador professor Dr. Daniel Castelan, por aceitar me orientar, mesmo em cima da hora e de um assunto na qual não tem muito domínio. Obrigada, Daniel por todo auxílio, apoio e carinho. Posso dizer que te escolhi à dedo, por seres além de ótimo professor, essa pessoa iluminada que transmite tanta serenidade.

E por último e não menos importante, ao Senhor Mauri, pelo apoio com a formatação do meu computador e à UFSC que por meio de suas instalações e equipamentos, me auxiliou bastante na elaboração da minha Monografia. Um especial obrigada, ao pessoal do LABMEC, por me abrirem a porta do laboratório sempre que possível.

RESUMO

Cabo Verde na sua condição de pequeno Estado insular, situado na Costa Ocidental africana, no meio do Oceano Atlântico, numa posição geoestratégica entre a África, a Europa e as Américas, inevitavelmente procura se integrar regionalmente, com o intuito não só de obter os recursos indispensáveis ao seu desenvolvimento, como também almejando maior inserção na economia mundial. Neste sentido, presente trabalho propõe analisar como se dá a atuação de Cabo Verde na CEDEAO, tema que além de constituir atualmente constante debate na agenda política nacional, regional e internacional, justifica o interesse e escolha sobre o mesmo e da necessidade de completar o vácuo da fraca bibliografia que abrange o nível de atuação de Cabo Verde na CEDEAO. Portanto, com o objetivo de questionar a efetividade da atuação cabo-verdiana na comunidade sub-regional, analisou-se como os governos têm evidenciado a efetividade do país na comunidade regional por meio dos sucessivos programas de governo e dos planos nacionais de desenvolvimento, e como essa natureza efetiva tem sido na prática.

Palavras-chave: Cabo Verde. Integração regional. CEDEAO.

ABSTRACT

Cape Verde, as a small island state, situated on the West African coast in the middle of the Atlantic Ocean, in a geo-strategic position between Africa, Europe and the Americas, inevitably seeks to integrate regionally in order not only to obtain the resources indispensable to its development, but also aiming for greater insertion into the world economy. In this sense, this paper proposes to analyze how Cape Verde operates in ECOWAS, a topic that besides being a constant debate in the national, regional and international political agenda, justifies the interest and choice about it and the need to complete the vacuum of the weak bibliography that covers the level of Cape Verde's performance in ECOWAS.

Therefore, with the objective of questioning the effectiveness of Cape Verde's actions in the subregional community, it was analyzed how governments have shown the effectiveness of the country in the regional community through successive government programs and national development plans, and how this effective nature has been in practice.

Keywords: Cape Verde. Regional integration. ECOWAS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da África Ocidental.....	18
Figura 2 - Posição geográfica de Cabo Verde	29
Figura 3 - Exportações de Cabo Verde com os principais parceiros.....	31
Figura 4 - Importações de Cabo Verde com os principais parceiros.....	32
Figura 5- Balança Comercial de Cabo Verde de 1995 a 2017 em milhões US\$	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Dados demográfico/geográfico e econômico dos países da CEDEAO e seus respectivos pesos em % (estimativa de 2017).....	19
Tabela 2 – Exportações totais dos países da CEDEAO com principais parceiros comerciais de 1997/2017	33
Tabela 3 - Importações totais dos países da CEDEAO com principais parceiros comerciais de 1995/2017	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
UE – União Europeia
EUA – Estados Unidos da América
UEMOA – União Econômica e Monetária do Oeste Africano
CSAO/OCDE – Clube do Sahel e da África do Oeste
TIC – Tecnologias da Comunicação e Informação
NAFTA – Acordo de Livre Comércio entre Estados Unidos, o Canadá e o México
IMAO – Instituto Monetário da África Ocidental
BIDC – Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO
MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
BAEER – Biocombustível de África e Empresas do sector das Energias Renováveis
ISO – International Organization for Standardization
PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde
MPD – Movimento para Democracia
RNB – Rendimento Nacional Bruto
PIB – Produto Interno Bruto
IDE – Investimento Direto Externo
UNCTADstat – United Nations Conference on Trade And Development
WITS – World Integrated Trade Solution
UN – Union Nations
PAIGC – Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
AGOA – Africa Growth and Opportunity Act
OMC – Organização Mundial do Comércio
CSRP – Conferência de Ministros da Comissão Sub-regional de Pescas
BAG – Banjul Accord Group
BAGAIA – Agência de Investigação de Acidentes Aéreo
ECREEE – Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO
PANAPRESS – Agência Pan-africana de Notícias
ACP – Associação dos países da África Caribe e Pacífico
AFDB – Departamento de Desenvolvimento Africano Banco Mundial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CEDEAO- COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL	18
2.1	DADOS GEOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS DA CEDEAO	19
2.2	CONTEXTO HISTÓRICO DA CEDEAO	22
2.3	CARACTERÍSTICAS E COMPOSIÇÃO DA CEDEAO	24
3	ATUAÇÃO DE CABO VERDE NA CEDEAO	29
3.1	CARACTERIZAÇÃO DE CABO VERDE	29
3.2	CONFIGURAÇÃO DE CABO-VERDE NA CEDEAO - ANÁLISE COMPARATIVA	31
3.3	ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DE CABO VERDE NA CEDEAO	38
4	CONCLUSÕES	49
	REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

Com o advento das independências nacionais, os países africanos perceberam na política de integração regional, um dos eixos estratégicos ao alcance do desenvolvimento e crescimento econômico. É nesse contexto que se criou a CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental) em 1975, instituída por estados 16 países¹, dessa sub-região africana, com distintas experiências coloniais e administrativas, que conjuntamente estabeleceram suas fronteiras, nas quais Cabo Verde se tornou membro em 1977, dois anos após a sua independência.

Embora o processo de integração na região tem demonstrado fraca performance, devido às discrepâncias econômicas dos países membros, diversidades culturais e linguísticas, e golpes de Estados frequentes², ao longo da sua trajetória vem dando passos significativos, e os Estados membros têm se engajado na tomada de decisão na CEDEAO (COUTINHO; CANTO, 2018).

Cabo Verde na sua condição de pequeno Estado insular, situado na Costa Ocidental africana, no meio do Oceano Atlântico, numa posição geoestratégica entre a África, a Europa e as Américas, inevitavelmente procura se integrar regionalmente, com o intuito não só de obter os recursos indispensáveis ao seu desenvolvimento, mas também almejando uma inserção na economia mundial.

A integração de Cabo Verde na CEDEAO pode transfigurar numa dimensão de crescimento e desenvolvimento, uma vez que o arquipélago, devido à sua posição geográfica, possui a predisposição nata de buscar sua inserção em diversos espaços, visando a correlação entre tais, motivos esses alavancados na sua formação enquanto nação, proveniente da encruzilhada entre os continentes: europeu, africano e americano. Visto que no passado por conta sua localização estratégica, o estado insular serviu de entreposto comercial e do abastecimento das mais variadas mercadorias, entre eles o tráfico de escravos, nas trajetórias que interligavam Europa, África e Brasil. Formada também, pelo contato desses continentes, naturalmente tais espaços se tornaram de inserção para o país e ele por sua vez se tornou um elo de ligação entre eles (MARTA, 2013).

A integração do pequeno Estado insular na CEDEAO, um bloco econômico detentor de grande riqueza natural e humana, valendo-se da sua posição geográfica, estabilidade

¹ Países membros da CEDEAO: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal, Togo e Marrocos.

² Cabo Verde é o único país do bloco que nunca sofreu golpe de Estado.

econômica e política, tem a probabilidade de “estabelecer Cabo Verde como uma plataforma logística e de capitais entre os membros da CEDEAO”. Ademais, por Cabo Verde ser considerado um dos países dos africanos com maior sucesso democrático e governamental, um exemplo aos países da CEDEAO, se torna uma razão determinante para aprofundamento de sua integração na comunidade sub-regional e estabelecer pontes entre países como EUA, nas quais reside grande parte da população cabo-verdiana e grande parceiro comercial do Estado africano. Assim sendo, ao se colocar como porta de entrada e saída da região, essa condição o possibilita alcançar um novo destaque econômico (LUSOFONIA ECONÔMICA – PLATAFORMAS DA CPLP, 2014).

As vantagens dessa integração se configura uma via de mão dupla, visto que Cabo Verde também tem muito a ganhar com a sua integração à CEDEAO, já que lhe é possibilitado não só ter acesso às potencialidades econômicas que o espaço oferece, como recursos naturais, população e território como também consolidar a sua posição geopolítica e geoestratégica, tanto aos países da região, quanto a Comunidade Internacional, e nesse sentido possibilita não só o desenvolvimento de Cabo Verde como do bloco.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou analisar a atuação de Cabo Verde na CEDEAO, tema que além de constituir atualmente constante debate na agenda política nacional, regional e internacional, o que justifica o interesse e escolha sobre o mesmo e da necessidade de completar o vácuo da fraca bibliografia que abrange o nível de atuação de Cabo Verde na CEDEAO. Portanto, com o objetivo principal de questionar a efetividade da atuação cabo-verdiana na comunidade sub-regional, se fez uma análise das estratégias de inserção do país insular no bloco.

Para tanto, esta pesquisa se dividiu em dois capítulos, na qual o primeiro abordou os objetivos específicos do trabalho, o primeiro capítulo, sob o título “CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental” que propôs compreender o processo de integração regional, onde primeiramente se encontra uma breve descrição do que é a CEDEAO. Visando analisar os dados gerais da comunidade sub-regional, contextualizar e caracterizar o mesmo, esse capítulo foi dividido em três partes. São elas “Dados geográficos e socioeconômicos da CEDEAO”, na qual foram apresentados os dados gerais de cada país membro do bloco e feito uma análise sobre tais, “Contexto histórico da CEDEAO”, onde se contextualizou a criação da comunidade, e “Características e composição da CEDEAO” na qual se apresentou as características, o propósito do bloco econômico, bem como sua composição estrutural.

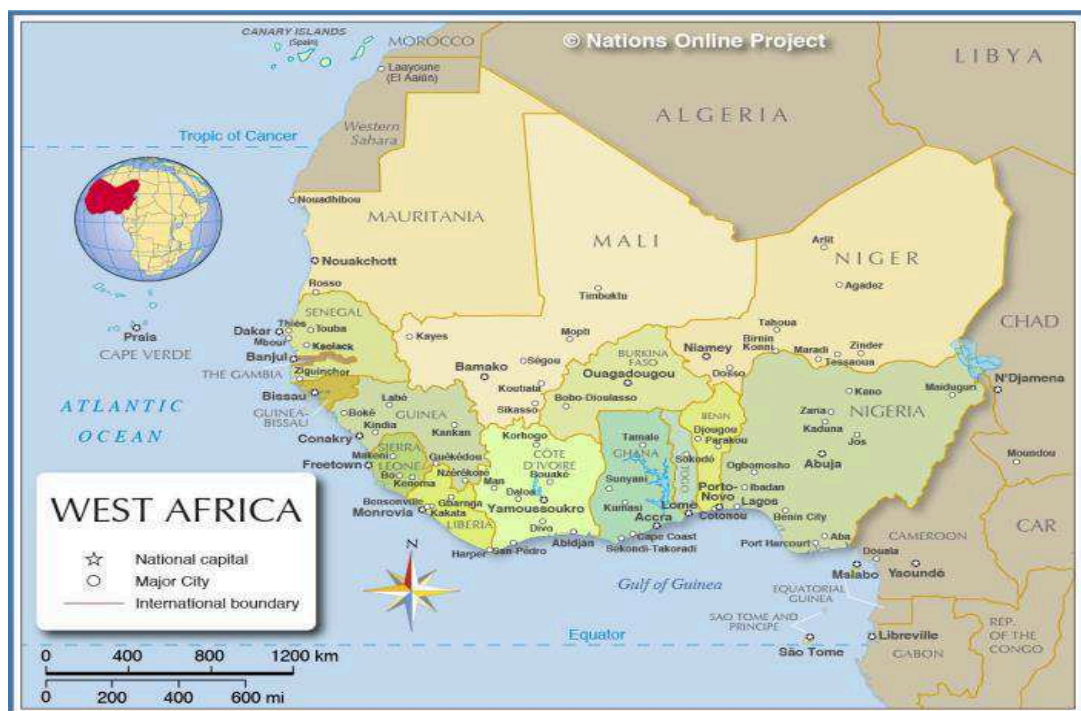
Já o segundo capítulo, abordou o objetivo geral, intitulado “Atuação de Cabo Verde na CEDEAO”, analisar a atuação do país insular na comunidade sub-regional, por meio dos sucessivos programas de governo e dos planos nacionais de desenvolvimento, e como essa natureza efetiva tem sido na prática no bloco econômico. Dividido em três partes, a primeira: “Caracterização de Cabo Verde”, nas quais se apresentou os dados gerais de Cabo Verde e a segunda, sob o título de “ Configuração de Cabo-Verde na CEDEAO - análise comparativa” a fim de ter uma maior percepção da posição de Cabo Verde em relação à CEDEAO, se fez necessário averiguar e comparar os fluxos comerciais do país com os dos demais membros da comunidade em relação à alguns de seus principais parceiros comerciais como Brasil, China, EUA, União Europeia, e também dos totais (Mundo) dos fluxos comerciais, e posteriormente na terceira parte intitulado “Análise das estratégias de inserção de Cabo Verde na CEDEAO” onde a fim de melhor compreender o processo de integração de Cabo Verde na CEDEAO, coube analisar como os governos têm evidenciado a efetividade do país na comunidade regional por meio dos sucessivos programas de governo e dos planos nacionais de desenvolvimento, e como essa natureza efetiva tem sido na prática, e apresentar conclusões.

A fim de alcançar o objetivo deste trabalho foi realizada uma pesquisa quali quantitativa de cunho descritivo-analítico e comparativo. Sendo assim, inicialmente a pesquisa sucedeu de modo exploratório, buscando levantar fatos palpáveis que demonstram a natureza da atuação de Cabo Verde na CEDEAO. Nesse sentido, a metodologia utilizada no presente trabalho teve como base pesquisa em artigos científicos, publicações de órgãos governamentais, e instituições internacionais, bem como de teses e dissertações que versam sobre o tema.

2 CEDEAO- COMUNIDADE ECONÓMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL

A fim de promover uma melhor compreensão da problemática da integração regional de Cabo Verde no continente africano, é primordial, compreender como ocorreu o processo de integração na esfera regional (CEDEAO) e finalmente analisar a inserção de Cabo Verde na CEDEAO. A Figura 1 mostra o mapa dos países da CEDEAO.

Figura 1 - Mapa da África Ocidental



Fonte: Nações Unidas, 2018

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) é uma organização integrada por 16 países da África Ocidental (Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal, Togo e Marrocos³) criada em maio de 1975 pelo Tratado de Lagos visando promover a integração económica entre os Estados-membros, bem como estimular a autossuficiência coletiva dos Estados-membros. Enquanto união comercial, com a pretensão de estabelecer um único e grandioso bloco comercial através da cooperação económica (CEDEAO, 2015).

³ A entrada de Marrocos (único país que não pertence à África Ocidental, se situa ao norte da África) CEDEAO ocorreu em 2017, após anos como estado observador do bloco. Fato que explica o porquê do país não ter seus dados analisados no presente trabalho, visto sua entrada ser recente.

Embora o projeto da criação da CEDEAO sob forte influência diplomática da Nigéria tenha sido elaborado em 1972, a integração regional só foi instituída no Tratado de Lagos, em 1975 com a assinatura do Constitutivo dos quinze Estados-membros, exceto Cabo Verde, que só aderiu em 1977, dois anos após a independência e Marrocos que entrou em 2017. Contudo, atualmente faz parte da CEDEAO apenas dezesseis Estados-membros, visto que a Mauritânia saiu da organização em 2002 (Monteiro, 2016, p.102).

2.1 DADOS GEOGRÁFICOS E SOCIOECONÔMICOS DA CEDEAO

Nesse sentido, a comunidade em termos geográficos e territoriais abrange uma área de 5.115,400 Km², aproximadamente 17% da área total do continente africano. “O espaço oeste africano vai desde os confins desérticos do Saara até as florestas guineenses, compreendendo ainda o espaço *Sahel* e a zona dita sudanesa com características ambientais comuns. Em face de tais características, a sub-região oeste africana apresenta complementaridades agropecuárias com base num comércio histórico já bem estabelecido” (CSAO/OCDE; CEDEAO, 2009 apud DUARTE, 2015). Como é visível na Tabela 1, os países da CEDEAO exibem grandes assimetrias estruturais, que ressaltam uma disparidade entre tamanho e riqueza. Geograficamente, os maiores países da comunidade regional são o Níger (25% do total do território da região) e o Mali (24%) e Cabo Verde é o menor país que corresponde à 0,10% do total da região (BANCO MUNDIAL, 2018),

Tabela 1- Dados demográfico/geográfico e econômico dos países da CEDEAO e seus respectivos pesos em % (estimativa de 2017)

Países	População (milhões)	Peso demográfico	PIB (US \$ bilhões)	Peso econômico	Superfície (milhares Km ²)	Peso geográfico
Benim	11,18	3%	9,27	1,7%	114,8	2%
Burkina Faso	19,19	5%	12,87	2,3%	274,2	5%
Cabo Verde	0,55	0%	1,75	0,3%	4	0%
Costa de Marfim	24,29	7%	40,39	7,3%	322,5	6%
Gâmbia	2,10	1%	1,01	0,2%	11,3	0%
Gana	28,83	8%	47,33	8,6%	238,5	5%
Guiné-Bissau	1,86	1%	1,35	0,2%	36,1	1%
Guiné	12,72	3%	10,5	1,9%	245,8	5%
Libéria	4,73	1%	2,16	0,4%	111,4	2%
Mali	18,54	5%	15,29	2,8%	1.240,20	24%
Níger	21,48	6%	8,12	1,5%	1.267	25%

Nigéria	190,89	52%	375,77	68,2%	923,8	18%
Senegal	15,85	4%	16,37	3,0%	196,7	4%
Serra Leoa	7,56	2%	3,77	0,7%	72,3	1%
Togo	7,80	2%	4,81	0,9%	56,8	1%
Total do bloco	367,57	100%	550,76	100%	5115,4	100%

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Banco Mundial, 2018.

Considerada a comunidade económica regional mais povoada da África, a CEDEAO totaliza 367,57 milhões de habitantes, na qual a Nigéria é o país mais povoado da região, abrangendo 52% da população total da CEDEAO, seguido do Gana com 8% do total dos habitantes e Cabo Verde com a menor população, representando 0,2% da população da comunidade (BANCO MUNDIAL, 2018), como mostra a tabela 1. A comunidade possui uma população na sua maioria jovem (60% tem menos de 25 anos) com a tendência de permanecer assim até 2050 (DUARTE, 2015).

Quanto ao seu ecossistema, a região é muito rica e diversa, pois há locais áridos típicos do *Sahel*, bem como as savanas e as florestas costeiras. Contudo, tais locais apresentam níveis de fragilidade, uma vez que sofrem com um clima muitas vezes agressivo (chuvas fortes e ondas de muito calor) e da pressão antropogénica crescente, fatores que provocam a desertificação dos solos, causando fraca fertilidade e biodiversidade. Não obstante, associado ao problema da desertificação está a problemática do acelerado crescimento demográfico na sub-região e, por conseguinte a migração das populações (CSAO/OCDE; CEDEAO, 2009 apud DUARTE, 2015).

A África Ocidental, quanto aos recursos hídricos e minerais, ela usufrui de uma grande potencialidade, visto que em se tratando de áreas de pesca marítima expande-se por aproximadamente 7.000 km de costa, abrangendo uma zona económica exclusiva com pouco mais de 2 milhões de Km². Países como Mauritânia, Senegal, Gâmbia e Cabo Verde, têm condições favoráveis para a atividade pesqueira, por disporem de condições hidro climáticas e oceanográficas singulares e generosas. Igualmente, em se tratando de subsolo, o oeste africano contém consideráveis recursos minérios não renováveis, tais como: o bauxita, na qual a Guiné é o 4º produtor mundial, o urânio, que faz do Níger é o 5º produtor mundial, e petróleo, produto na qual a sub-região extrai 30% do continente africano.

Por seu turno a Nigéria, é classificado como o país da região que mais domina o sector petrolífero, sendo detentor de 3% das reservas de petróleo e gás mundiais. Conjuntamente, o sector minério corresponde a 5% nas exportações a nível regional (CSAO/OCDE; CEDEAO, 2009 apud DUARTE, 2015).

Quanto aos aspectos econômicos, atualmente há um ritmo de crescimento rápido na sub-região, todavia houve uma estagnação no crescimento em 2013, alcançou em 2017 um PIB de aproximadamente U\$750 mil milhões. Na Nigéria, maior país da região, apesar de o sector petrolífero deter muito peso, o crescimento tem sido alavancado pelos sectores não petrolíferos, tais como o da agricultura, comércio e as tecnologias da comunicação e informação (TIC), o que faz com que há CEDEAO seja um exportador de hidrocarbonetos. Embora a indústria e os serviços ganhe cada vez mais importância na sub região, é o setor primário que domina a economia da maioria desses países (MEDIA DIGITAL MAROCAIN, 2017) sendo a África Ocidental essencialmente exportadora de produtos agroalimentares primário contribui cerca de 45% para o PIB da sub-região, enquanto o sector secundário contribui em cerca de 22% e por último o terciário cerca de 33%. Outrossim, a economia informal tem relativo peso no oeste africano, nomeadamente nos principais mercados urbanos, na qual cerca de 65% a 80% do emprego urbano está ligado a atividades informais. Percebe-se que a Nigéria sozinha é responsável por quase 70% do PIB da região, ou seja, ela tem um peso económico maior que todos os restantes membros juntos.

Quanto ao comércio externo da CEDEAO, e combustíveis provenientes das indústrias extrativas caracterizam cerca de 75% das exportações realizados nomeadamente pela Nigéria (73%). O Cacau e seus derivados representam 5% das exportações, enquanto as pedras preciosas (3%) e os produtos do setor primário, tais como: algodão, frutas comestíveis, borracha, plásticos, madeira e produtos de madeira, peixe e mariscos representam cerca de 1% clandestinos das exportações da CEDEAO são representados pela Europa (28%) das exportações, União Europeia (23%), as Américas (40%), dos quais 34% são direcionados ao NAFTA (Acordo de Livre Comércio entre Estados Unidos, o Canadá e o México), os países asiáticos e da Oceania (16%) e o Médio Oriente (0,3%). A maioria das exportações é feita pela Nigéria e por Costa de Marfim, ambas acumulando 87% dessas transações. A Nigéria proporciona 77% das exportações da Região e Costa de Marfim 10%. Por seu lado, Gana e Senegal estão no terceiro e quarto lugar assegurando respetivamente 4% e 2% das exportações regionais (CEDEAO, 2015).

Enquanto que as importações regionais, são representadas por dez produtos, onde os combustíveis lideram a lista (24%), seguido de veículos a motor como tratores, ciclos, e outros tipos de veículos, maquinaria, aparelhos mecânicos e caldeiras, maquinaria e aparelhos eletrônicos, cereais, plásticos, obras de ferro, ferro e aço, ferro, ferro fundido, aço, produtos

farmacêuticos, peixe e frutos do mar. Juntos a Nigéria e o Gana importam 59% da Comunidade.

No quesito fluxos migratórios, africanos desta sub-região circulam-se principalmente no interior da sua esfera nacional e regional. Essa migração regional é atribuída principalmente pelas frequentes secas do *Sahel* e pelos vários conflitos decorrentes (CSAO/OCDE; CEDEAO, 2009 apud DUARTE, 2015). Em termos geoculturais e linguísticos, embora hoje os estados membros desta comunidade usem três idiomas oficiais estrangeiros diferentes (inglês, francês e português), são faladas cerca de 1.200 idiomas locais, como Ewe, Fulfulde, Hausa, Mandingo, Wolof, Ioruba, Ibo, Ga, etc. que são falados por uma população de mais de 300 milhões de habitantes espalhados por uma área de aproximadamente 5,1 milhões de km². Há também uma diversidade religiosa na região, destacando entre si o islamismo e o cristianismo, bem como tradicionais sincretismos religiosos (CSAO/OCDE; CEDEAO, 2009 apud DUARTE, 2015).

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA CEDEAO

Quanto aos fatos históricos da CEDEAO, no período anterior ao colonial, fora berço de grandes reinos e impérios que se surgiram e desapareceram com o passar dos séculos. Havia cidades que aglutinavam grandes centros de conhecimento, vinculados à exploração e comercialização do sal e do ouro, como por exemplo Tombouctou. Infelizmente, essa época também foi vigorosamente marcada pelo tráfico e comércio negreiros, tanto na zona do Sahel como na zona Atlântica. Durante séculos se instaurou não só o comércio de escravos, como também se empreendeu uma economia sustentável e prolongada presença europeia articuladas na exploração e no saque. Nesse contexto, a colonização europeia transformou os espaços económicos e a organização social africana, germinando novos impérios alavancadas no comércio de escravos (CSAO/OCDE; CEDEAO, 2009 apud DUARTE, 2015).

Embora a resistência à presença europeia na África Ocidental tenha decaído, durante a Primeira Guerra Mundial, seguiu menos expressiva na Costa do Marfim, na Gana, no Níger e na Nigéria. Entretanto, nomeadamente entre 1919 e 1935, o colonialismo na região se acentuou, nesse momento histórico aflora a resistência ao sistema opressor por meio das ideologias nacionalistas. Após a Segunda Guerra Mundial segunda Guerra Mundial, brotam mudanças políticas e sociais na África Ocidental. Entre 1960 e 1975 as colónias da África Ocidental, tornaram-se independentes. De acordo com Duarte (2015):

Com a chegada das independências, os novos países oeste africanos abandonaram a lógica dos conjuntos regionais, tal como se encontrava na época colonial dividida em três espaços: a África Ocidental Francesa, a África Ocidental Britânica e a África Ocidental Portuguesa. Sob a bandeira da construção do estado-nação, os Estados oeste-africanos prosseguiram com o processo de consolidação das suas independências políticas sob os efeitos da fragmentação do espaço político colonial demarcado pelas zonas francófona, anglófona e lusófona e múltiplos espaços monetários. Embora, tenham alcançado a independência, os países da sub região enfrentaram períodos de instabilidade e permanente estado de guerra, apesar de, atualmente, viver num período global de paz com a contenção das crises que se manifestaram em alguns desses países (DUARTE, 2015, p. 63).

Sendo Assim, a ideia de integração emergiu em 1945 aquando da criação do franco CFA, que conglomerou os países francófonos da região estabelecendo uma união monetária (UEMOA).

Entretanto, tais iniciativas só ganharam escopo a partir de 1972, quando os presidentes da Nigéria e do Togo, General Yakubu Gowon e Gnassingbé Eyadema, respectivamente, impulsionaram a dinâmica de integração efetiva, por intermédio de projetos apresentados e que posteriormente em 1975 serviram de base para o desenvolvimento do Tratado de Lagos que deu à luz ao CEDEAO. Inicialmente, o Tratado de Lagos versava o âmbito econômico, conquanto em razão de questões políticos regionais, em 1993 foi revisado, proporcionando seu escopo e prerrogativas (DUARTE, 2015).

Nesse sentido, no fim da década de setenta, devido a preocupação com os sucessivos golpes de Estado e conflitos civis sofridos na região, outros âmbitos de integração, tais como, a segurança e a defesa, foram promovidos. Contudo, percebe-se que as Nações da África Ocidental até hoje lidam mal com a integração regional, por razões históricas geográficas, culturais, linguísticas e governamentais. Nesse sentido, conformam mais como destino do que como projeto (MONTEIRO 2016, p.101-102). Pois, na época em que a CEDEAO foi instituída, os Estados membros recém-independentes politicamente, se encontravam mais apreensivos em construir e estabilizar as suas nações, e praticamente não existiam as esferas privado e industrial, relações comerciais, movimentos de capitais, comunicação, permuta de pessoas e ideias consoante Duarte (2015).

Com o objetivo inicial de promover a cooperação econômica e política entre os estados-membros alcançando: livre circulação, comércio, investimentos e outros campos ligados ao desenvolvimento (CEDEAO, 2015). O artigo 2º do Tratado estabeleceu os oito principais objetivos da Comunidade:

Eliminação de direitos aduaneiros; abolição de restrições relativamente ao comércio; estabelecimento de tarifas e política comercial comum; livre

circulação de pessoas, serviços e capital; harmonização das políticas e serviços ligados à agricultura, indústria e serviços; empreendimento conjunto das empresas; harmonização de políticas monetárias e o estabelecimento de um fundo para a cooperação, compensação e desenvolvimento (LAGOS TREATY, 1975, apud DUARTE, 2015 p. 86).

Quatro anos depois, em 1979, estabeleceu-se um Protocolo relativo à Livre Circulação de Pessoas e ao Direito de Residência e Estabelecimento que previa o estabelecimento destes objetivos em fases. Todavia, num quadro em que existem geometrias variáveis na sub-região, destacando-se sempre o problema da heterogeneidade da CEDEAO, os pequenos países acabam sempre por serem prejudicados pelos maiores em termos de população e recursos naturais, o que tem gerado sentimentos de desconfiança, pondo em cheque a segunda e terceira fases da Lei sobre à livre circulação. No ano seguinte, os Estados-membros assinaram o Pacto de Não-Agressão e Defesa Comum em, possibilitando a mobilização de uma força para combater as forças beligerantes em caso de conflito armado entre dois países (DUARTE, 2015).

2.3 CARACTERÍSTICAS E COMPOSIÇÃO DA CEDEAO

O Mercado Comum da CEDEAO se caracteriza pela livre circulação de transporte, mercadorias e pessoas dentro da CEDEAO, bem como a eliminação de todas as barreiras tarifárias e não-tarifárias ao comércio exterior, tendo como principal instrumento o plano de liberalização do comércio da comunidade (CEDEAO, 2015).

A CEDEAO almeja ascender a uma União Aduaneira plena assegurando o comércio exterior na região, contudo a comunidade se defronta com vários obstáculos nesse âmbito nos campos de transporte e da livre circulação de mercadorias (CEDEAO, 2015).

Nesse contexto, a Tarifa Externa Comum CEDEAO entrou em vigor em janeiro de 2015, na qual se estabeleceu:

- 1.A liberalização do comércio exterior pela supressão, entre os Estados-membros, dos direitos aduaneiros aplicados às importações e às exportações, e a abolição dos Estados-membros, das barreiras não-tarifárias a fim de estabelecer uma área de Livre comércio a nível comunitário
- 2.A adoção da uma tarifa externa comum e uma política comercial comum em frente a países terceiros.
- 3.A supressão, entre os Estados-membros, dos obstáculos à livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais e ao direito de residência e de estabelecimento.
- 4.O estabelecimento da uma união económica da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) através da adoção de políticas comuns nos setores económicos, sociais, culturais, financeiros, e a criação da uma união monetária.

5.O Tribunal de Justiça comunitário foi criado de conformidade com o disposto nos artigos 6 e 15 do tratado Revisado da CEDEAO (CEDEAO, 2015).

A CEDEAO é composta pelos seguintes organismos especializados: Organização da Saúde da África Ocidental; Agência Monetária da África do Oeste; Instituto Monetário da África Ocidental (IMAO); Centro de Desenvolvimento de Desportos e da Juventude da CEDEAO; Centro de Desenvolvimento de género; Unidade de Coordenação de recursos Hídricos; Cartão marrom da CEDEAO; Power Pool da África Ocidental; Grupo de ação Intergovernamental contra a Lavagem de Ativos e financiamento do Terrorismo na África Ocidental; Programa Regional de Saúde da África Ocidental; Centro Regional da CEDEAO para a energia Renovável e Eficiência Energética; Autoridade regional da CEDEAO para a Regulação da Eletricidade (CEDEAO, 2015).

A estrutura institucional da CEDEAO compreende três ramos de governação: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. A instituição do poder executivo é a Comissão da CEDEAO, dirigida pelo seu presidente que é nomeado pela autoridade por um período não renovável de 4 anos e regido pelo Princípio de Rotatividade alfabética⁴; o Parlamento da Comunidade que é a instituição que pertence ao Poder Legislativo e o Tribunal de Justiça da Comunidade, que representa o poder judicial (TRATADO DE LAGOS, 1975). A reforma do tratado em 1993 permitiu criar algumas instituições e/ou órgãos principais, como o Parlamento e o Tribunal da Justiça e reforçou o poder Executivo com a transformação do Secretariado Executivo em Comissão, que mais tarde evoluiu de 9 para 15 Comissões, com capacidade efetivamente para desenvolver políticas e programas regionais em vários níveis de governação (TRATADO REVISTO 1993; SUPPLEMENTARY PROTOCOL A/SP.1/06/06).

Este processo de reestruturação trouxe muitas vantagens, como a melhoria do espírito da comunidade e a eficiência na capacidade das respostas, também criou instrumentos específicos que promovem o desenvolvimento de políticas de integração na governação multinível, entre os quais se destacam: a Declaração dos Princípios Políticos (1991); o Tratado Revisto de Cotonou (1993); o Protocolo relativo ao Mecanismo de Prevenção de Conflitos (1999); o Protocolo de Democracia e Boa Governação (2001); o Protocolo sobre a luta contra a Corrupção (2001) e o Quadro de Prevenção de Conflitos da CEDEAO (2008). Finalmente, permitiu reforçar a competência das instituições internas e um conjunto de

⁴ Constata-se que Cabo Verde é o único país que nunca ocupou os cargos dirigentes da comissão: Secretário Executivo, Presidente e Vice-Presidente da Comissão.

medidas políticas, como o Conselho de Mediação e Segurança, para acelerar o processo de integração (COUTINHO, DO CANTO, 2018).

Outro órgão da CEDEAO é o B IDC (Banco de Investimento e Desenvolvimento da CEDEAO), com sede em Lomé (Togo), que se tornou operacional em 2003, detentor de dois sistemas de financiamento direcionados à promoção das atividades do sector privado e financiamento do desenvolvimento do sector público. O B IDC visa contribuir ao desenvolvimento económico da África Ocidental por meio do financiamento dos projetos e programas da comunidade africana, principalmente nas áreas de transportes, energia, telecomunicações, indústria, redução da pobreza, ambiente e recursos naturais.

Por meio da sua intervenção no Sector Público, o banco concede empréstimos diretos a médios e longos prazos, assim como por meio do setor privado, concede não só empréstimos diretos a curto, médio e longo prazos, como também participação no capital por meio de capitais ou quase capitais (sejam obrigações convertíveis e/ou empréstimos de participação), linhas de crédito e acordos-quadro para o refinanciamento das instituições financeiras nacionais dos Estados-membros, subvenção e/ou garantia de empréstimos obrigacionistas, obrigações, notas e títulos, engenharia financeira e serviços financeiros. Ainda o B IDC está envolvido no financiamento do comércio intrarregional visando fomentar o comércio entre os Estados-membros da Comunidade. Apoia a agricultura para permitir que os Estados-membros da Comunidade alcancem a autossuficiência alimentar e promove o financiamento de projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em particular aqueles que se prendem com a eficiência energética, as energias renováveis e o mercado do carbono através da sua contribuição para a criação do Biocombustível de África e do Fundo de Energias Renováveis com o apoio do Banco Mundial e de outros parceiros. O nome atual deste Fundo é: Biocombustível de África e Empresas do sector das Energias Renováveis (BAEER) (CEDEAO, 2015).

Cabe ressaltar que na comunidade coexistem outros blocos econômicos: a União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) formada pelo Benim, o Burquina Faso, a Costa do Marfim, a Guiné-Bissau, o Mali, o Níger, o Senegal e o Togo, regidos pelo sistema de moeda única, o Franco CFA e a Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO), que é integrada por: Gâmbia, Gana, Serra Leoa, Guiné, Nigéria e Libéria.

Contudo, ainda segundo Duarte (2015), apesar dos empenhos, a CEDEAO ao longo do seu trajeto vem sofrendo muitas limitações, tais como: carência da atuação dos atores não governamentais na formulação de políticas; as barreiras linguísticas e culturais (além das três línguas oficiais Francês, Inglês e Português, existem mais de mil línguas locais) polarizando a sub-região. Quanto às crenças religiosas, as religiões mais predominantes são o islamismo e o

cristianismo, em paralelo ainda existem as restantes mestiçagens e sincretismos religiosos tradicionais (Monteiro, 2016).

Entretanto, a CEDEAO lançou diversos mecanismos e plataformas que abarcam a harmonização das políticas regionais e setoriais, o desenvolvimento da infraestrutura regional, a extinção das restrições ao comércio, a eliminação dos embargos à livre circulação de pessoas, bens e serviços, embora o estabelecimento de um mercado comum e a criação de uma união monetária, seja ainda principal objetivo (DUARTE, 2015). A diversidade cultural, linguística e ecológica da região traz oportunidades e desafios para o processo de integração. O desejo de combinar forças políticas e econômicas sempre foi reconhecido como um passo para a criação de prosperidade comum na região. Nos últimos anos, a população da África Ocidental cresceu de 70 milhões para quase 300 milhões entre 1950 e 2010. Até o final de 2014, essa população era de quase 40 milhões. % da África Subsaariana. De acordo com as projeções da ONU, a população da região deve atingir de 550 a 600 milhões até 2050. A África Ocidental é a região mais jovem do mundo. Além disso, com 5% da população mundial e uma área que cobre 40% da África Subsaariana, é o continente mais densamente povoado. Numa certa medida, o comércio nos serviços que devia promover o crescimento na África Ocidental depara com constrangimentos de ordem institucional, regulamentar e infra estrutural.

Para além da falta de visibilidade e de dados para conhecer o verdadeiro potencial do setor do serviço a nível regional, muitas outras restrições externas ou internas estão a comprometer a sua competitividade. Dentre os obstáculos internos, pode-se citar a pressão fiscal, o desenvolvimento do setor informal, as dificuldades de acesso ao crédito e a inadequação dos mecanismos de financiamento para a exportação de serviços, a má qualidade de desempenho (incumprimento das normas de garantia da qualidade ISO Versão 9001 2000), deficiência energética, falta de transparência e boa governação, execução de uma parte substancial dos contratos públicos por empresas estrangeiras em vários países, inadequação das infraestruturas de serviço, alto custo das transações comerciais (fatores de produção, obstáculos administrativos), etc.

Está-se a esforçar atualmente por garantir que não haverá mais falta de informação sobre os mercados estrangeiros, obstáculos à livre circulação, reconhecimento mútuo de qualificações e diplomas, custos relativamente muito altos para estabelecer negócios no estrangeiro e a situação dos países encravados, entre outras (CEDEAO, 2015).

De acordo com Coutinho e Canto (2018), a CEDEAO, ao longo da sua trajetória vem dando passos significativos, e os Estados membros têm se engajado na tomada de decisão na CEDEAO. Contudo, verifica-se que os centros de decisão são compartilhados com instituições supranacionais e atores não-estatais que se mobilizam para consolidar a integração num determinado assunto. Outrossim, a governação multinível na CEDEAO possui escassos instrumentos pragmáticos para a monitoramento dos objetivos que além de desenvolver as políticas de integração as tornem efetivas e mais próximos dos seus cidadãos (COUTINHO; CANTO, 2018).

3 ATUAÇÃO DE CABO VERDE NA CEDEAO

Devido às características singulares de Cabo Verde, se faz pertinente analisar a atuação do arquipélago na CEDEAO, na tentativa de compreender a efetividade de integração do país, visto ser tal o principal objetivo deste trabalho. Para tanto, segue-se uma caracterização geral do país, indispensável para melhor compreensão da sua prática efetiva de integração na sub-região, seguido da análise das estratégias de inserção de Cabo Verde na CEDEAO.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DE CABO VERDE

Cabo Verde é um pequeno Estado insular de 4.033 Km², composto por dez ilhas e vários ilhéus com aproximadamente 500.000 habitantes residentes, sendo que a população cabo-verdiana emigrada é maior do que a residente. Está Situado a 455 Km da costa ocidental africana, no meio do Oceano Atlântico entre a África, a Europa e as Américas. Conforme mostra a figura 2, o arquipélago encontra-se dividido em duas regiões: Barlavento: Santo Antão (779 Km²), São Vicente (227 Km²), Santa Luzia (35 Km², desabitada), São Nicolau (349 Km²), Sal (216 Km²), Boa Vista (620 Km²) e pelos ilhéus: Branco e dos pássaros e Razo; e Sotavento composta pelas ilhas de: Maio (269 Km²), Santiago (991 Km²), Fogo (476 Km²) e Brava (64 Km²) e pelos ilhéus: Santa Maria, Grande, Luís de Carneiro e de Cima. Além do território continental, Cabo Verde é constituído pelas águas interiores, as águas arqueológicas e o mar territorial definidos na lei ultrapassando os 600 000 Km².

Figura 2 - Posição geográfica de Cabo Verde



Fonte: Research Gat, 2013.

Desde a sua independência de Portugal em 1975, na qual foi colônia pouco tempo depois da sua descoberta em 1460, Cabo Verde tem uma estabilidade política, não tendo ocorrido nenhum golpe de Estado, nas quais as eleições são consideradas livres e justas e com alternância regular dos partidos. O governo atual está em funções desde as eleições presidenciais e parlamentares de 2016, com a uma mudança de partido (PAICV- Partido Africano da Independência de Cabo Verde) e a vitória do MPD (Movimento para Democracia). Estes dois partidos têm dominado o cenário político desde a abertura política em 1990 (THE WORLD BANK, 2018). No contexto social, de acordo com o Banco Mundial, houve uma redução dos níveis de pobreza de 58% em 2001 para 35% em 2015, tal foi impulsionada em grande medida pelo ao rápido crescimento das atividades relacionadas com o turismo, bem como o aumento das remessas e o investimento em infraestruturas rurais.

Embora Cabo Verde, tenha uma pequena economia insular, o país alcançou um visível progresso social e económico entre 1990 e 2008, decorrente principalmente setor turístico. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) sextuplicou para USD 3.200, ao longo desse período, fato que a faz dele a única economia não extrativa da África Subsaariana que atingiu a posição de país de rendimento médio num período tão curto. Em 2017, o PIB de Cabo Verde foi de aproximadamente 1,75 bilhões US\$, nas quais o setor primário (agricultura e pesca) representou 6% do PIB, a indústria (principalmente de pescados) 19% do PIB e as exportações e importações, representaram 39% e 64% respectivamente do PIB. Por se tratar de uma pequena economia aberta, o país é suscetível às mudanças económicas globais. No entanto, devido a taxa de câmbio fixa com o Euro, é de extrema importância que o país reconstitua reservas orçamentais a fim de enfrentar choques futuros (BANCO MUNDIAL, 2018).

Ainda segundo o Banco Mundial, o crescimento esperado de Cabo Verde é de aproximadamente 4% no médio prazo, visto que IDE (Investimento Direto Externo) está se recuperando e a inflação possivelmente se se manterá ponderada. Também se almeja o revigoramento do sector turístico, que é fruto não só do turismo europeu (que é condicionador em grosso modo das receitas advindas do turismo cabo-verdiano, nas quais representa 47% das exportações totais de bens e serviços), como também dos recentes empreendimentos governamentais a fim de aprimorar a competitividade deste sector. A construção em andamento de uma vasta gama de hotéis proporcionará não só a ampliação de empregos, como também impulsionará o crescimento económico. Os indicadores principais também sugerem que a procura interna deverá intensificar-se, refletindo os esforços destinados a reforçar o crédito ao sector privado.

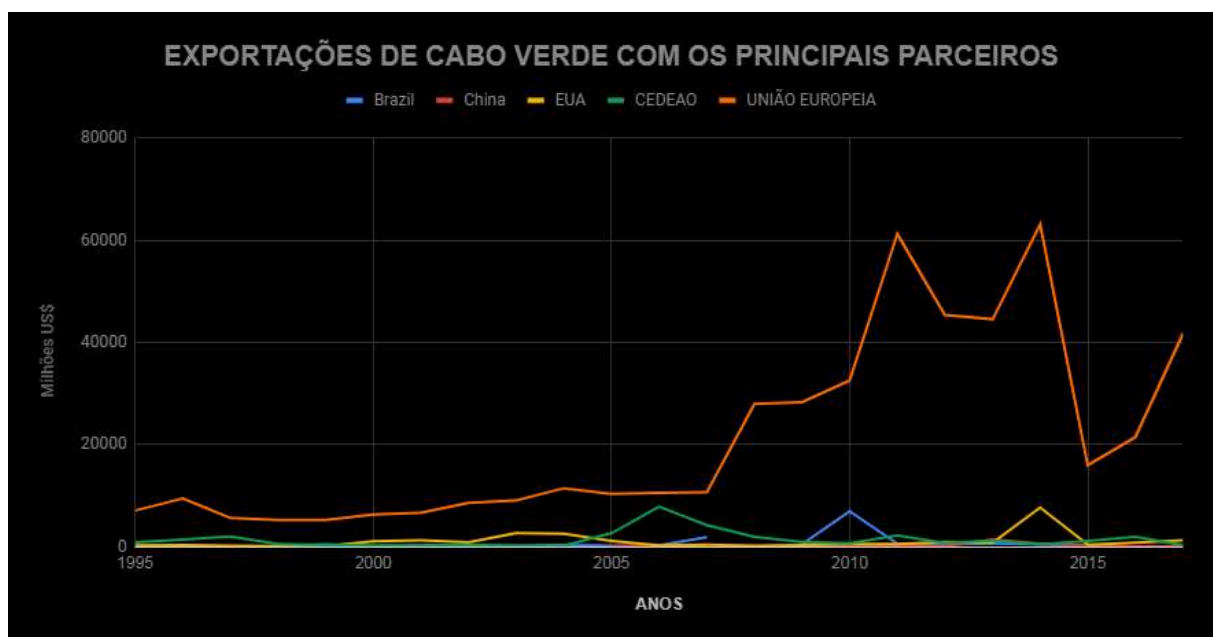
Graças à sua posição geoestratégica, o país insular tem sido colocado no cenário das discussões e inquietações relacionadas “à segurança internacional e no combate das redes de narcotráfico e do terrorismo internacional, em particular, com a iminente ameaça do Estado Islâmico.” Além disso, Cabo Verde pode servir de elo de ligação entre a CEDEAO e o mundo, notadamente com a União Europeia, China, EUA e Brasil. Segundo Duarte (2015):

A nosso ver, é exigido a Cabo Verde no âmbito da Parceria Especial com União Europeia assinada em Novembro de 2007, a salvaguarda da sua vocação de servir como ponte entre os continentes obtendo, desse modo, importantes dividendos. Acrescenta-se ainda a importância da posição geoestratégica de Cabo Verde e que interessa sobremaneira a União Europeia, pois, existe a tentativa no âmbito desta relação bilateral de que Cabo Verde esteja mais presente no continente africano através de uma melhor integração regional” (Duarte, 2015 p. 140).

3.2 CONFIGURAÇÃO DE CABO-VERDE NA CEDEAO - ANÁLISE COMPARATIVA

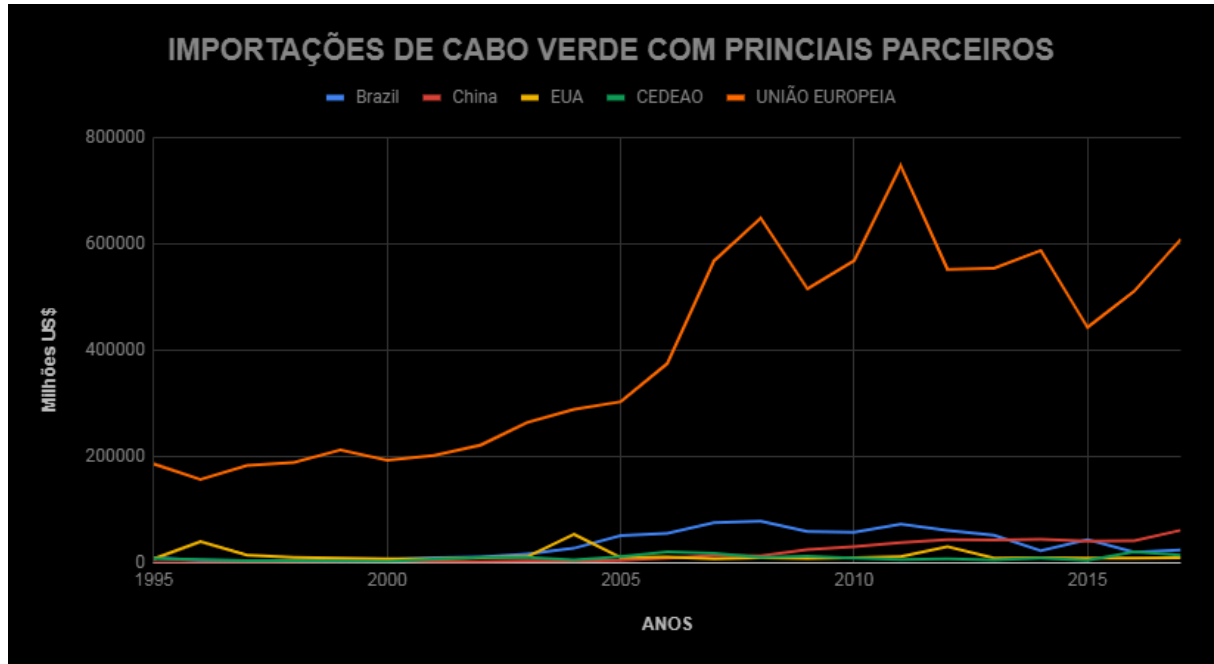
A fim de ter uma maior percepção da posição de Cabo Verde em relação à CEDEAO, se fez necessário primeiro analisar os fluxos comerciais do país e posteriormente e fazer uma comparação destes com os dos demais membros da comunidade em relação a alguns de seus principais parceiros comerciais como Brasil, China, EUA e União Europeia, também dos totais (mundo). Para fazer uma análise mais longitudinal, foi escolhido o período de 1995 a 2017. As figuras 3 e 4 apresentam os principais parceiros comerciais das importações e exportações de Cabo Verde.

Figura 3 - Exportações de Cabo Verde com os principais parceiros



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da UNCTADstat (2018).

Figura 4 - Importações de Cabo Verde com os principais parceiros



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da UNCTADstat (2018).

Analisando as figuras 3 e 4 que representam os fluxos comerciais de Cabo Verde com seus principais parceiros, percebe-se que o comércio externo do pequeno Estado insular em relação aos países da CEDEAO durante o período analisado (1995-2017), é pouco significativo, entretanto, tanto no nível das exportações quanto das importações verifica-se que a União Europeia (principalmente Portugal)⁵ continua liderando o ranking de comércio em Cabo Verde.

⁵ A parceria de Cabo Verde com a União Europeia se deu por meio do forte vínculo do país com Portugal.

Tabela 2 – Exportações totais dos países da CEDEAO com principais parceiros comerciais de 1997/2017

		CEDEAO	UE	China	Brasil	EUA	Export. totais (mundo)
Benim	US\$	17.163.572,7	3.766.868,6	4.658.115,4	1.153.043,7	384.019,4	23.585.224,2
	%	73%	16%	20%	5%	2%	
Burkina Faso	US\$	6.979.017,4	5.340.904	3.030.913,3	102.227,8	250.997,2	24.741.832,9
	%	28%	22%	12%	0%	1%	
Cabo Verde	US\$	60.457,1	487.030,1	5.178,8	25.797,6	47.748,3	736.818,3
	%	8%	66%	1%	4%	6%	
Costa de Marfim	US\$	85.579.788,9	79.489.910,3	1.323.718,8	1.365.545,6	14.511.815,7	182.153.994,8
	%	47%	44%	1%	1%	8%	
Gâmbia	US\$	249.813,3	212.103,6	244227,5	1.593,5	9.878,1	1.026.172,9
	%	14%	12%	14%	0%	1%	
Gana	US\$	12.351.675,9	44.325.613,6	6.914.533,4	682.111,5	5.366.066,8	134.602.692,1
	%	9%	33%	5%	1%	4%	
Guiné	US\$	889.968,6	9.576.536	2.291.333	188.552,8	3.742.780,6	29.559.366,4
	%	3%	32%	8%	1%	13%	
Guiné-Bissau	US\$	129.065,3	94.312,2	908,2	-	106.418,9	2.703.622,5
	%	5%	3%	0%	0%	4%	
Libéria	US\$	85.233,6	7.764.987,1	732.495,8	39.690,4	881.724,5	35.001.881,9
	%	0%	22%	2%	0%	3%	
Mali	US\$	4.176.462,1	291.782,8	1.897.844	222.150,2	291.782,8	35.001.881,9
	%	12%	1%	5%	1%	1%	
Níger	US\$	3.340.103,1	7.122.479,8	582.775	90.791,9	1.458.263,5	16.414.844,5
	%	20%	43%	4%	1%	9%	
Nigéria	US\$	52.831.062,4	312.571.046,2	18.984.595	83.654.161	312.129.638	1.159.673.411
	%	5%	27%	2%	7%	27%	
Senegal	US\$	261.982,8	9.663.232,7	3.056.118,3	4.541,9	612.185	40.044.445,8
	%	1%	24%	8%	0%	2%	
Serra Leoa	US\$	261.982,8	3.273.429,9	3.056.118,3	4.541,9	612.185	8.671.120,3
	%	3%	38%	35%	0%	7%	
Togo	US\$	7.547.264,7	2.242.491,4	537.091	202.943,6	162.762,891	17.381.787,3
	%	43%	13%	3%	1%	1%	

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da UNCTADstat, 2018.

Analisando a tabela 2, percebe-se que ao longo dos anos a maior parte das exportações dos membros da CEDEAO têm a União Europeia como principal destino, isto se deve ao fato de todos serem ex-colônias de países europeus pertencentes à UE, ainda por conta do Acordo de Cotonou⁶, e por serem países beneficiados do SGP (Sistema Geral de Preferências) da EU, sendo Cabo Verde o país que mais exporta para a UE, representando 66% do total das duas exportações⁷. Verifica-se que em relação às exportações com destino à CEDEAO, com a exceção de Benim, Costa de Marfim, Togo, com respectivamente 73%, 47% e 43% das suas exportações totais, as exportações dos demais membros da comunidade são pouco representativas (nas quais o total das exportações de Cabo Verde representam apenas 8%), o que mostra o baixo grau de comércio entre eles. Dos parceiros comerciais analisados, no geral a China, se mostra como o terceiro destino das exportações dos países da CEDEAO, onde Gâmbia e Serra Leoa com respectivamente 49% e 35% dos totais das suas exportações, são os países da comunidade que mais exportam para o país asiático, e as exportações de Cabo Verde representando 1% das suas exportações totais.

Embora, o Brasil seja considerado um dos principais parceiros comerciais dos países da CEDEAO, as exportações desses países em relação a ele se mostram pouco expressivas, em relação aos demais analisados, cujos países da comunidade sub-regional que mais exportam para ele são: Nigéria, Benim e Cabo Verde, com 7%, 5% e 4% respectivamente dos totais das suas exportações. Quanto às exportações com destino aos EUA, dos países da CEDEAO, a Nigéria é o que mais exporta (27% das suas exportações totais), sendo que 6% das exportações cabo-verdianas destinam aos EUA.

De acordo com a tabela 3, em relação à CEDEAO, Mali e Burkina Faso são os países que mais importam do bloco regional, sendo que Cabo Verde importa somente 2% do mesmo. A União Europeia é a principal origem das importações da maioria dos países da CEDEAO, sendo Cabo Verde o país que mais importa da UE, seguido de Guiné-Bissau, com respectivamente 76% e 49% dos totais das suas importações. Em geral as importações originárias da China com destino aos países da CEDEAO, se mostram significativas, onde Benim se mostra o maior importador da China na Comunidade (com 28% das suas importações totais), e 4% das importações cabo-verdianas provém do país asiático. Dos países da CEDEAO, depois de Gâmbia (7% do total das suas importações), Cabo Verde é o segundo

⁶ É o acordo comercial entre a UE com os países ACP (África, das Caraíbas e do Pacífico) assinado em 2000 que sucedeu a Convenção de Lomé. Este acordo tramita sob as relações comerciais da UE com 79 países, nas quais 48 países da África Subsaariana.

⁷ Cabe ressaltar que entre os membros da CEDEAO, Cabo Verde é o principal parceiro comercial da União Europeia devido a sua relação estreita com Portugal.

país da comunidade que mais importa do Brasil (com 6% do total das suas importações). Brasil também se mostra como o segundo país de origem das importações cabo-verdianas, depois da União Europeia. A Nigéria é o país da CEDEAO que mais importa dos EUA, na qual 12% do total das suas importações são provenientes do país norte-americano, e cujas importações de Cabo Verde de origem estadunidense representam 3% do total das suas importações.

Tabela 3 - Importações totais dos países da CEDEAO com principais parceiros comerciais de 1995/2017

		CEDEAO	União Europeia	China	Brasil	EUA	Importações totais (mundo)
Benim	US\$	3.407.784,4	9.958.354,8	10.313.784	599.558,6	2.172.466,7	37.357.091,43
	%	9%	27%	28%	2%	6%	
Burkina Faso	US\$	14.597.318	13.348.110	2.404.709	328.262,5	1.490.320,7	41.226.159,62
	%	35%	32%	6%	1%	4%	
Cabo Verde	US\$	217.671,2	9.080.180,4	432.732,4	776.415,7	322.464,2	11.984.373,84
	%	2%	76%	4%	6%	3%	
Costa de Marfim	US\$	31.764.702,3	46.695.408	9.998.438,7	1.197.732,7	4.628.959,2	137.729.364,03
	%	23%	34%	7%	1%	3%	
Gâmbia	US\$	937.054,66	1.715.174,5	1.273.539,9	454.026,1	249.012,6	6.471.412,19
	%	14%	27%	20%	7%	4%	
Gana	US\$	23.312.081,5	53.385.984	29.970.249,6	3.907.159,2	14.052.590,3	181.470.237,61
	%	13%	29%	17%	2%	8%	
Guiné	US\$	2.438.558,5	12.737.902	5.058.919,6	574.281,5	1.470.351,3	31.929.192,90
	%	8%	40%	16%	2%	5%	
Guiné-Bissau	US\$	759.495,1	1.565.369,9	158.826,9	60.373,9	64.995,3	3.201.761,3
	%	24%	49%	5%	2%	2%	
Libéria	US\$	246.228,4	2.389.537,7	2.181.246,2	34.692,9	213.964,7	16.891.800
	%	1%	14%	13%	0%	1%	
Mali	US\$	19.436.078,9	14.154.168,4	4.730.508,7	516.755,6	1.605.647,1	50.153.473,1
	%	39%	28%	9%	1%	3%	
Níger	US\$	5.537.639,9	9.192.895,5	4.438.102,9	258.506,1	1.687.450,9	27.731.429,08
	%	20%	33%	16%	1%	6%	
Nigéria	US\$	14864359,4	216482396,5	114405766,3	16589062,5	79153466,4	651.410.015,82

	%	2%	33%	18%	3%	12%	
Senegal	US\$	11.396.372,4	39.397.247,3	8.056.663,3	1.944.903,8	2.613.916,3	89.103.443,08
	%	13%	44%	9%	2%	3%	
Serra Leoa	US\$	4.391.611,4	3.440.807,9	1.074.368,39	216.198,94	786.824,85	14.883.114,25
Serra Leoa Togo	%	30%	23%	7%	1%	5%	14.883.114,25 2.355.540,00
	US\$	252.874,5	734.689	480.204,3	18.916,9	113.443,2	
Togo	%	11%	31%	20%	1%	5%	2.355.540,00

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da UNCTADstat, 2018.

Após analisar os fluxos comerciais dos países membros da CEDEAO, verificou-se que:

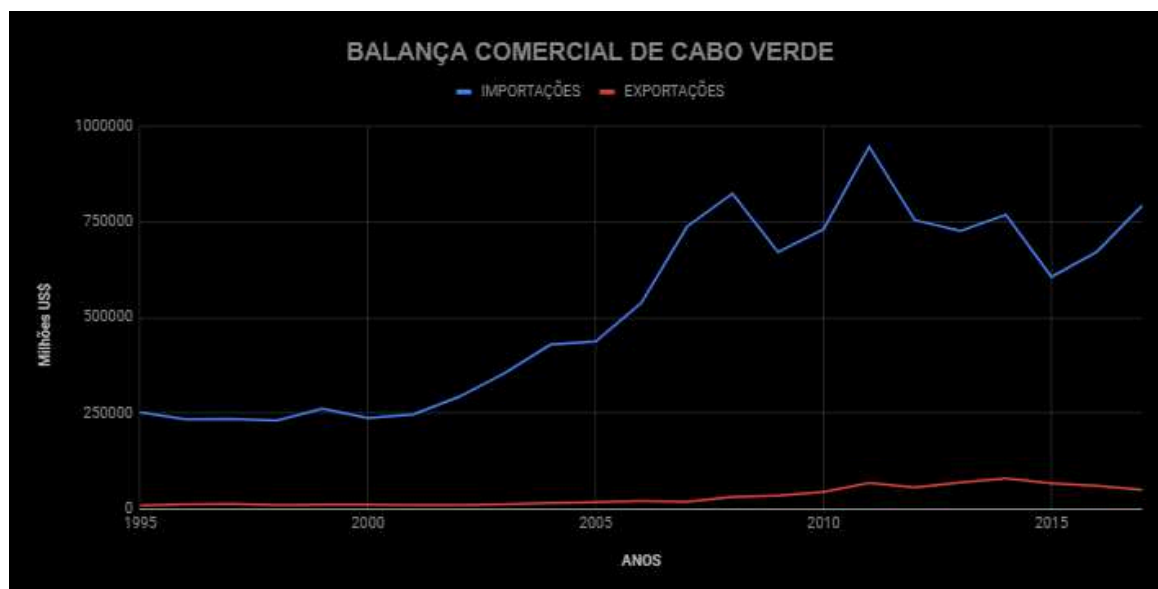
a) a UE se apresenta como o principal parceiro comercial dos países da CEDEAO, visto que a maior parte tanto das exportações deles têm origem e destino da comunidade europeia;

b) o comércio intra- regional é pouco significativo, quando comparado os fluxos comerciais dos países da comunidade com outros parceiros comerciais;

c) a posição de Cabo Verde em relação à CEDEAO, em termos comerciais ainda se mostra muito fraca, visto que tanto às suas importações quanto às exportações em relação à CEDEAO, é pouco significativa em relação aos outros parceiros comerciais.

A figura 5 mostra a balança comercial de Cabo Verde que vem se apresentando deficitária ao longo do período, cenário que é expressado pela limitada da oferta nacional de bens, bem como pela notória necessidade de obtenção de bens de capital e de consumo. Sendo que do valor total das exportações (60.361,08 US\$) em 2016, os cinco principais produtos exportados se encontravam na categoria de conservas de peixes e peixes congelados. (WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION –WITS, 2018). No entanto, o déficit da Balança Comercial de Cabo Verde vem sendo compensada pela Remessa dos Emigrantes para equilibrar a diferença entre o volume exportado e importado (BANCO MUNDIAL, 2017)

Figura 5- Balança Comercial de Cabo Verde de 1995 a 2017 em milhões US\$



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da UNCTADstat (2018).

Como foi mencionado anteriormente o principal destino das exportações cabo-verdianas tem sido a UE, nas quais Espanha e Portugal foram os países do bloco que mais receberam mercadorias cabo-verdianas representando: 72,44% (produtos alimentares) e 19,18% (têxteis, vestuário, calçados, e produtos alimentares) do total das exportações respectivamente. O segundo maior destino das exportações de Cabo Verde foi Turquia representando 4,16% (produtos alimentares) das exportações totais e EUA (produtos alimentares) com 1,12% (WITS, 2018).

Quanto às importações, ao longo do período teve um visível aumento, contudo entre 2007 e 2017 percebe-se pequenas oscilações.

Os principais produtos importados recentemente têm o petróleo Bruto representando 12,2% das importações totais cabo-verdianas, de seguida os refinados, responsáveis por 7,35%. As principais origens das importações de Cabo Verde são Portugal (US\$310 Milhões), a Nigéria (US\$98,4 Milhões), a Espanha (US\$83,9 Milhões), a Holanda (US\$42,6 Milhões) e a China (US\$39 Milhões) (UNComtrade, 2018).

Tanto a pequena base produtiva, quanto a reduzida quantidade exportada dizem respeito a apenas dois setores de produtos de pouco valor agregado e pouco diversificados: peixes e mariscos e confecções e calçados⁸. Quanto a exportação de peixes se concentra em atum e crustáceos e a pesca local é realizada por meio da pesca artesanal, também por grandes

⁸ Na década de 90 se instalaram “Empresas Francas” (empresas que se beneficiam da mão-de-obra barata, produzem com significativos benefícios aduaneiros e fiscais exportando pelo menos 85% da produção) empresas, principalmente portuguesas e asiáticas na zona industrial de São Vicente que produziam principalmente confecções e calçado (ex: ICCO- calçado ortopédico e Verdeveste- roupa interior masculina).

embarcações de empresas estrangeiras, bem como de fábricas estrangeiras de conservas de pescado⁹. No entanto, em relação às importações, o país importa bens de maior valor agregado, como máquinas e equipamentos, ampla variedade de alimentos, combustíveis e cimento Portland.

3.3 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO DE CABO VERDE NA CEDEAO

A partir da sua independência oficial a 5 de Julho de 1975, Cabo Verde encontrou novos espaços para a integração internacional e regional, como é o caso da CEDEAO, a fim de se edificar como Estado Nação (DUARTE, 2015). Logo, é de extrema importância analisar o peso da integração de Cabo Verde na CEDEAO, visto que na última década percebe-se um intenso discurso oficial acerca de uma maior integração de Cabo Verde na comunidade regional.

A formação do Estado de Cabo Verde depois da Independência Nacional foi alavancada pelo PAIGC (Partido Africano de Independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde) que comandou a luta da libertação de Guiné-Bissau e Cabo Verde e governou Cabo Verde até 1981, um ano depois do golpe de estado em Guiné-Bissau, e conseqüentemente a separação dos dois países. A partir de então Cabo Verde foi governado pelo PAICV (Partido Africano de Independência de Cabo Verde) durante quinze anos num regime de partido único de tendência socialista, visto que era proibido a existência de mais partidos políticos, que tinha como principal objetivo a criação de bases para o desenvolvimento do país, especialmente nos âmbitos da educação, saúde e infraestrutura. A abertura política em Cabo Verde se deu em 1990, permitindo assim a entrada de novos partidos políticos, como (MPD) Movimento Para Democracia, principal partido da oposição até os dias de hoje. Após múltiplas negociações entre o PAICV e o MPD, em 1991 se deram as primeiras eleições democráticas multipartidárias no país, nas quais MPD derrotou PAICV, iniciando assim, o sistema do pluripartidarismo e democracia, onde direitos civis, políticos, liberdade de expressão e de imprensa foram conquistados (COUTINHO, 2015).

A fim de melhor compreender o processo de integração de Cabo Verde na CEDEAO, cabe analisar como os governos têm evidenciado a efetividade do país na comunidade

⁹ Em vigor de 01 de Setembro de 2011 até 31 de Agosto de 2014 e renovada até 2018, o novo Acordo Geral de Pescas entre a União Europeia e Cabo Verde que permite à frota comunitária a captura anual de 5.000 toneladas de pescado (basicamente atum) em águas cabo verdianas. Este acordo produzirá uma contrapartida direta de 435.000 Euros/ano, acrescidos de 110.000 Euros para suporte das políticas de pesca. Manter-se-ão os incentivos para a descarga nos portos cabo verdianos e acesso a meios de vigilância via satélite da movimentação dos pesqueiros comunitários.

regional por meio dos sucessivos programas de governo e dos planos nacionais de desenvolvimento, e como essa natureza efetiva tem sido na prática.

De acordo com Marta (2013), após a independência de Cabo Verde, o governo evidenciou no Programa do Primeiro Governo de Cabo Verde Independente sua escolha pela integração africana ao dispor que “Cabo Verde é parte integrante de África e membro ativo da comunidade africana na luta pela unidade e libertação total da dominação colonial, do racismo e da repressão social” (MRTA, 2013, p.24). Também no programa seguinte, no Programa do Governo de 1981/1985, na qual Cabo Verde já era integrante da CEDEAO, se verifica a intenção de Cabo Verde em continuar estreitando as relações comerciais e de boa vizinhança com os países oeste-africanos, dada pela seguinte afirmação: “tudo faremos para que a nossa sub-região oeste-africana seja uma zona de paz e de desenvolvimento integrado, procurando o estreitamento das relações com os estados vizinhos (...)” e A República de Cabo Verde continuará a apoiar a luta de libertação nacional em África (...)” (Programa de Governo 1981-1985, p.27). Ambos os programas demonstram o almejar de Cabo Verde pela integração regional a fim de alavancar o desenvolvimento busca por deliberações de interesses comuns.

Ainda de acordo com Marta (2013), os Planos Nacionais de Desenvolvimento, até 1996, não evidenciaram a estratégia de integração regional pretendida. Entretanto, posteriormente, o governo de Cabo Verde deu um tratamento diferenciado à questão da integração regional tanto no Programa de Governo de 1996 - 2001, quanto no plano Nacional de Desenvolvimento de 1996 -2001. No Programa de Governo desse período a CEDEAO foi designada como prioridade da política externa e no Plano foram mencionadas resoluções para que tal seja efetivado.

Nesse desenrolar, após a nova ascensão ao poder do PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde), em 2001, após dois mandatos, derrotando o MPD, principal partido da oposição ,um dos pilares importantes da estratégia nacional, estabelecido nas Grandes Opções do Plano 2002-2005, foi a retomada da “inserção de Cabo Verde na economia internacional” (República de Cabo Verde, 2001, p.3). A questão da integração regional foi muito evidenciada no Programa de Governo 2001/2005, principalmente no que dizia respeito ao comércio externo e princípios regedores da política externa, paz e segurança. Nesse sentido, o programa abordou os seguintes temas:

O reforço da Célula Nacional da CEDEAO; o reforço das relações comerciais com a Macaronésia, os PALOP, e os EUA no quadro do *Africa Growth and Opportunity Act* (AGOA); a Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio (OMC); o Acordo de Cotonou; e a criação de uma Zona de Livre Troca com a União Europeia. Coloca ainda a

questão do aprofundamento da integração regional, como uma componente para a valorização geoeconômica de Cabo Verde. Igualmente, o programa prevê a necessidade de “reforçar a inserção, contribuindo de forma ativa para a busca de soluções de paz (..) no quadro da região” (PROGRAMA DE GOVERNO 2001-2005 apud MARTA, 2013, p.25).

Contudo, já nos Programas de Governo posteriores, a questão da integração regional já não teve a mesma relevância que anteriormente. Tal é percebido tanto no Programa de Governo 2011/2016, na qual apenas se mencionou em “aprofundar a integração regional de Cabo Verde, nomeadamente na CEDEAO, na CPLP e na Macaronésia”, quanto no Programa de Governo 2016/2021, onde não foi especificado o tratamento dado à CEDEAO. Entre as estratégias do governo se apresentam as seguintes:

Cultivar uma política de boa vizinhança, valorizando a nossa dimensão africana, assente no respeito e interesse mútuos, no diálogo, na concertação e na busca de plataformas de entendimento mutuamente vantajosas com os Estados da África, nomeadamente do norte e do oeste e os Estados ou regiões insulares do Atlântico médio, salvaguardando as especificidades de Cabo Verde. Encarar com determinação, criatividade e empenhamento os desafios e oportunidades decorrentes do estatuto de país de rendimento médio, da integração sub-regional, da parceria especial com a União Europeia e da inserção dinâmica e criativa na economia global” (PROGRAMA DO GOVERNO IX LEGISLATURA, p.30).

Percebe-se que a questão da integração regional tem sido uma variante nos programas de Governo, na qual, sendo tratado com maior ou menor relevância. Na mesma linha de pensamento Monteiro (2013) rebate que os Programas de Governo pouco manifestaram sobre a questão da integração regional. Por um longo período de tempo, foi visível o desinteresse pela CEDEAO. Tal pode ser retratada por alguns descasos: não ratificação de tratados importantes da CEDEAO por parte de Cabo Verde, ausência na Cimeira de Abuja em 2006, quando o Secretariado foi transformado em Comissão, entre outros. Contudo, verifica-se uma mudança de postura de Cabo Verde em relação à CEDEAO, visto haver uma intensa participação política e diplomática por meio da presença de delegações cabo-verdianas de alto nível nas conferências da CEDEAO, o país tem sido sede de reuniões e outros eventos da comunidade, tais como: a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO e Brasil, Conselho de Ministros da CEDEAO, seminário sobre a livre circulação (MONTEIRO, 2013).

Sendo assim, embora a questão da integração regional esteja sempre vigente nos Programas de Governo, na prática a integração não é muito significativa. Por um longo período de tempo, o desinteresse de Cabo Verde pela CEDEAO foi evidente, ao se fazer

ausente em eventos de extrema importância na comunidade como por exemplo, não ratificou tratados importantes da CEDEAO, de acordo com Marta (2013):

Anexo 5 Estado da ratificação dos Tratados Não ratificados 1. Ratificação: não ratificado por CV segundo consta da tabela CEDEAO 2006, anexo VI nº5 E. Em vigor:30/07/1984 tabela CEDEAO – anexo IV nº5,2006, referente à “P” e “C” em vigor em 1 Dezembro de 2006 2. Protocolo A/P1/5/82 sobre a criação de uma Carta Castanha da CEDEAO relativa ao Seguro de Responsabilidade Civil automóvel face aos terceiros Assinatura: 29/05/1982- Cotonou- tabela CEDEAO 2002-anexo VI nº10 Aprovação: Publicação: Ratificação: não ratificado por Cabo Verde – PRT 01/90 (2) tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº 10 3. Protocolo A/P.1/7/96 relativo às Condições de Aplicação da Taxa Comunitária da CEDEAO, -na Tabela CEDEAO 2006, anexo IV nº 33, consta A/P7/96 Assinatura: 27/07/96-Abuja Aprovação: Resolução n.º 67/V/97 Publicação: 31 /12/97, – BO n.º50- 2ºsuplemento, Ratificação: Não Ratificado – tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº33- PRT 02/96 E. em vigor: 04/01/2000- tabela CEDEAO – anexo IV nº33,2006, referente à “P” e “C” em vigor em 1 Dezembro de 2006 4. Convenção A/P.1/7/92 relativa à Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal Assinatura: 29/07/92-Dakar (BD consta 22/07/92 e E.vigor 28/10/99) – não constam os demais dados) Aprovação: Publicação: Ratificação: não foi ratificado tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº28 51 E. em vigor: 28/10/98 - tabela CEDEAO – anexo IV nº28,2006, referente à “P” e “C” em vigor em 1 Dezembro de 2006 5. Protocolo A/P2/8/94 relativo ao Parlamento da CEDEAO Assinatura: 29/05/1982- Cotonou- tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº11 Aprovação: Publicação: Ratificação: não ratificado por Cabo Verde –CEDEAO 2006-anexo VI nº 11 E. em vigor:17/07/1984- tabela CEDEAO 2006– anexo IV nº11 6. Protocolo A/SP1/7/86 relativo à execução da 2ª etapa (direito de residência) do Protocolo sobre a livre circulação de pessoas o direito de residência e do estabelecimento Assinatura: 01/07/1986- Abuja – tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº 19 Aprovação: Publicação: Ratificação: não ratificado por Cabo Verde –CEDEAO 2006-anexo VI nº 19 E. em vigor:12/05/1989- tabela CEDEAO 2006– anexo IV nº19 7. Protocolo A/P1/7/91 sobre o Tribunal de Justiça da Comunidade Assinatura: 06/07/1991- Abuja- tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº27 Aprovação: Publicação: Ratificação: não ratificado por Cabo Verde – CEDEAO 2006-anexo VI nº 27 E. em vigor: 05/11/1996- tabela CEDEAO 2006– anexo IV nº27 8. Protocolo Adicional A/SP1/7/93 sobre a emenda do artigo 1 do Protocolo relativo às contribuições dos Estados membros aos financiamentos da CEDEAO Assinatura: 24/07/1993- Cotonou- tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº30 Aprovação: Publicação: Ratificação: não ratificado por Cabo Verde –CEDEAO 2006-anexo VI nº 30 52 E. em vigor:06/08/1997- tabela CEDEAO 2006– anexo IV nº30 9. Protocolo A/P1/8/94 sobre a extradição entre Estados da CEDEAO Assinatura: 06/08/1994- Abuja- tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº31 Aprovação: Publicação: Ratificação: não ratificado por Cabo Verde – CEDEAO 2006-anexo VI nº 31 E. em vigor:08/12/2004- tabela CEDEAO 2006– anexo IV nº31 10. Protocolo A/P2/7/96 sobre a instituição do IVA nos Estados membros da CEDEAO Assinatura: 01/02/2002- Cotonou- tabela CEDEAO 2006-anexo VI nº11 Aprovação: Publicação: Ratificação: não ratificado por Cabo Verde –CEDEAO 2006-anexo VI nº 11 E. em vigor:17/07/1984- tabela CEDEAO 2006– anexo IV nº11 11. Protocolo A/P.3/01/03 sobre a educação e a formação” (MARTA, 2013, ANEXO 5).

A ausência de Cabo Verde também se deu na Cimeira de Abuja (Nigéria) em 2006, na qual foi decidido transformar o Secretariado em Comissão, dentre outros. Outro fator também que mostra certo distanciamento de Cabo Verde em relação à CEDEAO, é a dívida que o país tem com a comunidade de vários anos, decorrente da falta de pagamento de cotas. Entretanto, se fez um acordo com a Delegação da CEDEAO, e o pagamento será feito em prestações (CEDEAO, 2017). Em 2017, a CEDEAO, solicitou ao Governo de Cabo Verde que designasse um embaixador permanente perante a comunidade, visto que Cabo Verde é o único país sub-região que ainda não tinha feito. Sendo assim, o Primeiro Ministro, Ulisses Silva, aceitou a solicitação, afirmando que posteriormente tal designação seria posta em prática (RFI PORTUGUÊS, 2017). Entretanto, em dezembro de 2017 na 52ª Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, Cabo Verde perdeu a sua eleição para a presidência da Comissão da CEDEAO. De acordo com o critério de rotatividade alfabética, seria a vez de Cabo Verde presidir à Comissão da CEDEAO, entretanto, a presidência da comunidade ficou a cargo da Costa de Marfim. Numa entrevista à DW África, a Costa do Marfim afirmou, a eleição de Cabo Verde foi inviabilizada devido às “avultadas dívidas relacionadas com as taxas comunitárias e as quotas”.

Não obstante, é visível uma maior participação de Cabo Verde, recentemente nas atividades no âmbito da CEDEAO, tais como: participação da quadragésima sétima sessão ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO realizado em 19 de maio de 2015 em Accra, Gana, na qual o tema da discussão foi o desempenho econômicos regional e a consolidação do mercado comum (CEDEAO, 2018). Em setembro do mesmo ano em Dakar, Senegal, ocorreu uma Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com o propósito de avaliar a situação nos países da região que então se preparavam para as eleições, particularmente no Burkina Faso, na Costa do Marfim e na Guiné, assim como para averiguar a situação política de Guiné-Bissau, na qual também Cabo Verde participou (CEDEAO, 2015).

Cabo Verde também se fez presente na 51ª Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, em Monróvia, Libéria, em junho de 2017 (CEDEAO, 2017). No mês seguinte em Abuja, Cabo Verde também participou do encontro dos Beneficiários do Projeto de iniciativa espanhola de cooperação para o desenvolvimento, criada para acompanhar o processo de assistência aos países africanos na elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas inclusivas sobre o Desenvolvimento de Planos de Ação

Nacionais para o Emprego Jovem em cinco Estados Membros da CEDEAO (Cabo Verde, Mali, Níger, Nigéria, Senegal) (CEDEAO, 2017).

A partir de julho de 2018, Cabo Verde assumiu por um período de dois anos, a presidência da Conferência de Ministros da Comissão Sub-regional de Pescas (CSR), da CEDEAO (GOVERNO DE CABO VERDE, 2018). Em agosto de 2018, em Cabo Verde, o Ministro do Turismo e Ministro da Economia, José da Silva Gonçalves, e o Ministro dos Transportes da Serra Leoa e Presidente do Conselho de Ministros do BAG, Kabineh Kallon assinaram um protocolo objetivando a instalação, na da Praia (Cabo Verde), da Sede da (BAGAIA) Agência de Investigação de Acidentes Aéreo¹⁰ (GOVERNO DE CABO VERDE, 2018).

Nota-se, portanto, que há um gradativo empenho de Cabo Verde na busca por uma maior participação na CEDEAO, visto que as delegações cabo-verdianas de alto nível têm tido uma participação efetiva nas reuniões da CEDEAO, assim como Cabo Verde tem sido sede de eventos da Comunidade, tais como a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO e Brasil, Conselho de Ministros da CEDEAO, seminário sobre a livre circulação, dentre outros, o programa apresentado pelo Centro para as (ECREEE) Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO (PANAPRESS, 2018).

Embora, as suas particularidades geográficas e territoriais e a sua importância regional, muito se têm questionado a integração de Cabo Verde na CEDEAO, principalmente no que se refere aos desafios e vantagens que tal integração oferecia a Cabo Verde. Os questionamentos focam fundamentalmente nos quesitos culturais/identitárias, económicas, políticas e de segurança (MADEIRA, 2013, p.51).

Entretanto, há aspectos culturais e políticas, que ressaltam a falta de um ideal comum, já que existem embaraços no que se refere a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais entre os Estados membros, devido às consecutivas instabilidades políticas na região da comunidade. Porém, tal diferença cultural entre os países da CEDEAO necessita de um diálogo cultural permanente, na iminência de levar em consideração tais assimetrias na construção de uma comunidade sólida (MADEIRA, 2013, p.51).

Conforme MARTA (2013), existem fatores de afastamento de Cabo Verde em relação à CEDEAO:

¹⁰ BAGAIA é uma iniciativa da Banjul Accord Group (entidade que desencadeou as iniciativas, objetivando maior segurança nos transportes aéreos na sub-região, criada em janeiro de 2004) para maior segurança na CEDEAO.

Insularidade linguística: Cabo Verde e a Guiné Bissau são os únicos Estados Membros cuja língua oficial é o português. Os demais estados, ou são de língua oficial inglesa ou francesa. Como foi referido, a documentação na versão portuguesa é escassa e os trabalhos da organização são em língua inglesa e francesa. Esta estruturação condiciona à partida a participação de Cabo Verde, quer a nível governamental, quer a nível da sociedade civil, que não domina aquelas duas línguas. Por outro lado, os países que partilham a mesma língua tendem a ter instituições similares. Insularidade Estado Nação. A Nação Cabo-verdiana e o Estado são indissociáveis. Não existem clivagens étnicas ou raciais. Nos restantes Países da CEDEAO, coabitam lado a lado várias etnias e nem sempre de forma pacífica. Ademais, a sociedade cabo-verdiana constituiu-se com as descobertas e o subsequente povoamento e colonização das ilhas, que antes eram inabitadas. Os restantes países da CEDEAO tinham estruturas sociais bem enraizadas aquando da colonização. Insularidade religiosa. Cabo Verde é o único país da CEDEAO em que mais de 90% da população professa a fé cristã. Nos restantes países, coabitam várias religiões e que nem sempre convivem harmoniosamente, podendo constituir-se em focos de tensão, como na Nigéria e o conflito entre cristãos e islamitas, ou os casos de fundamentalismo islâmico em países como o Mali. Insularidade Política e Social. Em Cabo Verde, a paz social e a estabilidade política estão bem consolidados, enquanto nos restantes Países da CEDEAO se vive num clima de instabilidade social e política, onde estão presentes ameaças de golpes de estado e de guerras civis, e se observam défices, na implementação da democracia e do estado de direito. Insularidade na estrutura da economia. A economia cabo-verdiana é maioritariamente virada para os serviços enquanto a economia dos restantes países da CEDEAO são essencialmente agrícolas e exportadoras de matérias primas. Insularidades nos antecedentes. A CEDEAO nasceu da dissolução de algumas organizações que já existiam como a CEAO e a MRU. Cabo-Verde nunca tinha feito parte de nenhuma organização regional e nem sequer manteve contatos estreitos com os países da sub-região, devido ao próprio contexto político da altura. Consequentemente, regista défices no conhecimento da organização e maiores dificuldades no estabelecimento de alianças. Estas insularidades não ultrapassadas fazem com que o nível de integração de Cabo Verde esteja necessariamente condicionado (MARTA, 2016, p.27-28).

Logo, tais empecilhos não sobrepujados Cabo Verde não ascenderá seu nível de integração na comunidade regional.

Nesse sentido, consoante, Duarte (2015) é imprescindível uma maior vontade política nacional, para que Cabo Verde tenha uma maior atuação na CEDEAO, levando em conta não só suas especificidades e as principais dificuldades enfrentadas na costa ocidental africana, como também os consequentes benefícios que provavelmente terá por ser membro desta integração.

Ainda segundo a autora, é visível Cabo Verde o pouco conhecimento de Cabo Verde em relação à região e vice-versa, contudo, por se tratar de um país pequeno, até então a sua imagem no continente não só é pouco visível, como possui escassas parcerias estratégicas sólidas, e com tímida presença tímida nos espaços centrais e de decisão continental. Por

consequente, segundo Duarte, a chave desse dilema é promover inicialmente a educação do povo cabo-verdiano do que é África, aumentar as relações comerciais, culturais e diplomáticas. A partir do momento que Cabo Verde estreitar seu relacionamento com a África nesse sentido, provavelmente será visível seu comprometimento e sentimento de pertença com o continente, e conseqüentemente vista como uma nação que “pode ser uma plataforma para países maiores do continente” (DUARTE, 2015, p.129).

No início do ano de 2018, o ex-presidente do Conselho de Ministros da CEDEAO, senegalês, visitou as autoridades cabo-verdianas a fim de abordar várias questões relativas à integração de Cabo Verde na CEDEAO. Segundo, Jean Paul Dias, numa entrevista ao jornal cabo-verdiano Expresso das Ilhas, Cabo Verde deve continuar na CEDEAO, mas em posição de igualdade com os outros estados-membro, para tanto o país tem parar de se vitimizar com a sua situação econômica e se fazer mais presente nas reuniões técnicas da comunidade, arcar com suas obrigações dentro do grupo, para que seus direitos sejam respeitados no mesmo (EXPRESSO DAS ILHAS, 2018). Na mesma linha de pensamento, Odair Barros Varela, investigador e diretor académico do Mestrado Integração Regional Africana, da Universidade de Cabo Verde, em entrevista com o Jornal O SAPO, em maio de 2018, criticou a postura de Cabo Verde em relação a CEDEAO, ao afirmar que “Cabo Verde não tem tido vontade política suficiente no processo de integração da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)”. Segundo Varela:

O país podia fazer muito mais a nível da retificação dos protocolos e de colocação de quadros na CEDEAO”, disse, sublinhando que, se Cabo Verde tivesse apostado um pouco mais a nível da diplomacia, talvez não tinha perdido a presidência da Comissão da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. Para o investigador, neste momento o país precisa de ações e passos concretos com abertura de Embaixada em Abuja, Nigéria e uma representação Adis Abeba” (O SAPO, 2018).

Segundo Gomes (2009), conforme os propósitos do governo, a parceria especial com a União Europeia visa essencialmente o campo de aplicação do acordo de Cotonou¹¹. Nesse sentido terá em consideração:

...a consolidação das reformas económicas e sociais, garantia da democracia, o estado de direito democrático, a participação da sociedade civil na vida política do país; O reforço do diálogo político e da cooperação

¹¹ O Acordo de Cotonou, sucessora da convenção de Lomé, é considerado um acordo vital para o destino da África. Dele depende o futuro político e económico dos países africanos, a sua integração regional, o seu peso nos sistemas multilaterais, bem como as suas relações com os seus principais parceiros comerciais e doadores, como a UE e os EUA. Os objetivos fundamentais do Acordo são: promover e acelerar o desenvolvimento económico, social e cultural dos Estados ACP, contribuir para a paz e a segurança, e ainda promover um ambiente político democrático estável.

principalmente em matéria de democracia e dos direitos humanos, negócios estrangeiros e segurança, cooperação nos domínios de luta contra o terrorismo e os tráficos ilegais; A gestão eficaz dos fluxos migratórios, incluindo o melhoramento da contribuição da migração para o desenvolvimento de Cabo Verde, a luta contra os fluxos irregulares e o tráfico de seres humanos; Facilidade na circulação de pessoas no quadro das estruturas existentes, em conformidade com as experiências adquiridas, especialmente examinando as possibilidades de flexibilização das formalidades na obtenção de vistos de curta duração para certas categorias de pessoas; Facilidades no comércio de bens e de serviços, com base em acordos de livre troca pela via do presente laço regional, que poderá evoluir para a integração económica com a União Europeia; O desenvolvimento de condições propícias ao investimento direto estrangeiro, ao crescimento e ao desenvolvimento durável, pela adopção das normas da União Europeia; O melhoramento do ambiente e das condições para o desenvolvimento de empresas competitivas e do espírito empresarial; O desenvolvimento dos sectores do transporte, das telecomunicações e da energia, baseado na segurança e na garantia, assim como o reforço das infraestruturas nacionais e regionais; Promover um diálogo político global, equilibrado e regular entre a União Europeia e Cabo Verde no quadro do artigo 8 do Acordo de Cotonou; Consolidar as instituições, garantindo a democracia e o Estado de direito democrático. Estes são dos muitos objetivos que Cabo Verde pretende atingir com a parceria especial com a Europa (GOMES, 2009, p. 94-95).

Ademais, cabe assinalar que a Parceria Especial que Cabo Verde tem com a União Europeia, desde 2007, nas quais obtêm consideráveis benefícios, garante sua condição elo de ligação entre os continentes africano e europeu, bem como a relevância de tal posição geoestratégica para a UE, razões que instigam uma maior integração regional do país para com a CEDEAO. Contudo, emergiram muitas controvérsias na academia sobre essa integração de Cabo Verde, nas quais alguns autores defendem uma maior integração e outros acreditam que Cabo Verde só tem a perder com tal.

De acordo com Rosa (2007), embora se perceba uma vontade política por parte dos membros da CEDEAO, o bloco tem pouca articulação, e é política e financeiramente inábil na resolução das demandas propostas inicialmente. Na mesma linha de pensamento, Costa (2011) acredita que o propósito de integração regional da CEDEAO, devido a ausência de uma institucionalização, a comunidade está predestinada ao fiasco. Segundo, Reis (2008, p.84), Cabo Verde aderiu a CEDEAO foi baseada mais num “idealismo mítico africanista” do que numa análise realista de viabilidade.

Já os que defendem uma maior integração do país à CEDEAO, o principal discurso é de que Cabo Verde obtêm benefícios dessa integração, uma vez que entre 2005 e 2007, houve reformas estruturais bloco, entre as quais no setor da segurança, possibilitando maior credibilidade e eficiência (ROCHA, 2010). Conforme, Fernandes (2008) a livre circulação de pessoas na sub-região, viabiliza uma consciência mais global acerca da necessidade de força

de trabalho e, por conseguinte, exacerba a humanização das agendas políticas, bem como maior interferência no que tange sobre as questões humanitárias e salvaguarda dos direitos humanos. Ainda nesse sentido, Duarte (2004) admite que a integração regional tende a beneficiar a economia cabo-verdiana, para impulsionar sua estrutura geoestratégica, no comércio internacional, visto se tratar de um como elo entre os continentes africano e europeu e americano.

O debate sobre a integração regional, veio novamente à tona, em 2015 com a candidatura de Cristina Duarte, então Ministra das Finanças Planeamento de Cabo Verde, para a presidência do AFDB (Departamento de Desenvolvimento Africano Banco Mundial) que teve pouco apoio dos países da África Ocidental, obtendo somente 10,27% dos votos. Segundo seu oponente, Akinwumi Adesina, Ministro da Agricultura e Rural Desenvolvimento da Nigéria, que venceu as eleições com mais de 59% dos votos, o fracasso da representante cabo-verdiana se deu por conta questões de natureza geopolítica que favoreceram o candidato nigeriano. Esse episódio gerou em Cabo Verde certa repulsa acerca da integração do país, fazendo crer que o arquipélago não tem beneficiado da relação com a África, e que é vital a adoção de uma abordagem da agenda geopolítica que viabiliza tal.

Nesse sentido, percebe-se que a atuação de Cabo Verde na CEDEAO, tem se mostrado modesta, bem como é desconexa a relação entre a retórica dos líderes políticos e a prática governamental. A fim de aprofundar sua integração à CEDEAO, acredita-se que Cabo Verde deveria aproveitar da sua boa imagem de democracia e governança não só no bloco, como também na África, com o intuito de atuar como “consultor” para outros países da sub-região, o que auxiliaria bastante na promoção da sua imagem dentro da comunidade.

De acordo com Gomes (2009), Cabo Verde possui características que possibilitam uma maior integração na CEDEAO: a situação econômica que se retrata superior aos níveis africanos, uma estabilidade política e social, diferente dos países da sub-região, nunca ocorreram golpes de estado, nem guerras civis, um grau de liberdade em todos os domínios em relação aos países africanos, é um país de desenvolvimento médio. Fatores que o permitem “desempenhar um papel dinamizador na sub-região Oeste africana, colocando os seus técnicos em diversas instituições internacionais, com sede nos diversos países da CEDEAO”, e nesse sentido ganharia a confiança e credibilidade perante os africanos da sub-região, permitindo assim maior visibilidade a Cabo Verde, bem como a reorganização da Comunidade. Nesse, sentido o país insular pode uma função importante no estreitamento da ligação da CEDEAO com o mundo, principalmente com a União Europeia, China, Estados

Unidos e Brasil, visto que os mesmos interpretariam essa maior integração a CEDEAO como canal de viabilização dos investimentos na comunidade.

4 CONCLUSÕES

Esta monografia se propôs a analisar a atuação de Cabo Verde na CEDEAO, por meio de seus sucessivos programas de governo, e avaliar como na prática tem se efetivado a integração de Cabo Verde na comunidade africana sub-regional.

No capítulo 1, foi feita uma análise dos dados geográficos e socioeconômicos da CEDEAO, também se contextualizou historicamente a comunidade, e por fim uma análise das características e composição da comunidade da sub-região africana.

Apesar dos seus esforços, a Comunidade vem enfrentando variadas limitações ao longo do seu trajeto vem sofrendo muitas limitações, principalmente: carência da atuação dos atores não governamentais na formulação de políticas; as barreiras linguísticas e culturais polarizando a sub-região. Sem embargo, a CEDEAO enveredou diversos mecanismos e plataformas no que tange à harmonização das políticas regionais e setoriais, o desenvolvimento da infraestrutura regional, a extinção das restrições ao comércio, a eliminação dos embargos à livre circulação de pessoas, bens e serviços, embora o estabelecimento de um mercado comum e a criação de uma união monetária, seja ainda principal objetivo (DUARTE, 2015). Nesse sentido, a CEDEAO, ao longo da sua trajetória vem dando passos significativos, e os Estados membros têm se engajado na tomada de decisão dentro da comunidade (COUTINHO; CANTO, 2018).

No capítulo 2, fez-se uma caracterização socioeconômica de Cabo Verde, e uma análise do peso da integração do país insular na CEDEAO, por meio das ações governamentais, a fim de averiguar o quanto tem sido na prática o discurso oficial acerca de uma maior integração de Cabo Verde na comunidade regional.

Analisando os fluxos comerciais de Cabo Verde e dos demais membros da CEDEAO, percebe-se que:

- A posição de Cabo Verde em relação à CEDEAO, em termos comerciais ainda se mostra muito fraca, visto que tanto às suas importações quanto às exportações em relação a CEDEAO, é pouco significativa em relação aos outros parceiros comerciais.
- A UE se apresenta como o principal parceiro comercial dos países da CEDEAO, visto que a maior parte tanto das exportações deles têm origem e destino da comunidade europeia;
- O comércio intra-regional é pouco significativo, quando comparado os fluxos comerciais dos países da comunidade com outros parceiros comerciais;

- Historicamente a Balança Comercial de Cabo Verde vem se apresentando deficitária, e compensada pela remessa dos emigrantes ;
- Tanto a pequena base produtiva, quanto a reduzida quantidade exportada baseiam-se em dois setores primários: peixes e mariscos e confecções e calçados, nas quais o principal destino das exportações cabo-verdianas tem sido a UE, onde a Espanha e Portugal foram os países do bloco que mais receberam mercadorias cabo-verdianas representando: 72,44% (produtos alimentares) e 19,18% (têxteis, vestuário, calçados, e produtos alimentares) do total das exportações respectivamente.

A situação é inversa em relação as suas importações, de alto valor agregado e diversificadas, nas quais os principais produtos importados recentemente foram o petróleo Bruto representando 12,2% das importações totais cabo-verdianas, de seguida os refinados, responsáveis por 7,35%, e as principais origens das importações de Cabo Verde são Portugal (US\$310 Milhões), a Nigéria (US\$98,4 Milhões), a Espanha (US\$83,9 Milhões), a Holanda(US\$42,6 Milhões) e a China (US\$39 Milhões).

Por último fez-se uma análise das estratégias de inserção de Cabo Verde na CEDEAO, por meio dos sucessivos programas de governos dos planos nacionais de desenvolvimento, a fim de verificar a efetividade do país na comunidade regional.

Verificou-se que a questão da integração regional tem sido uma variante nos programas de Governo, na qual dependendo do momento foi abordado com maior ou menor grau de relevância. Os Programas de Governo pouco manifestaram sobre a questão da integração regional. Por um longo período de tempo, foi visível o desinteresse pela CEDEAO, retratado em algumas ações governamentais: não ratificação de tratados importantes da CEDEAO por parte de Cabo Verde, ausência na Cimeira de Abuja em 2006, quando o Secretariado foi transformado em Comissão, entre outros. No, entanto, percebe-se verifica-se uma mudança de postura de Cabo Verde em relação à CEDEAO, visto haver uma intensa participação política e diplomática por meio da presença de delegações cabo-verdianas de alto nível nas conferências da CEDEAO, o país tem sido sede de reuniões e outros eventos da comunidade, tais como: a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO e Brasil, Conselho de Ministros da CEDEAO, seminário sobre a livre circulação (MONTEIRO, 2013). Esse maior interesse na atuação na CEDEAO, pode ser percebida na negociação da dívida do país para com a comunidade sub-regional, em aceitar, a pedido da CEDEAO, designar um embaixador permanente perante a comunidade, visto que Cabo Verde é o único país sub-região que ainda não tinha feito. Sendo assim, embora a questão da integração

regional esteja sempre vigente nos Programas de Governo, na prática a integração não é muito significativa.

Entretanto, é visível uma maior participação de Cabo Verde, recentemente nas atividades no âmbito da CEDEAO, tais como: participação da quadragésima sétima sessão ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO realizado em 19 de maio de 2015 em Accra, Gana, numa Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO, 2015), na 51ª Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, em Monróvia, Libéria, em junho de 2017 (CEDEAO, 2017), entre outros.

Outra ação importante de Cabo Verde para com a CEDEAO, foi assumir a partir de julho de 2018 por um período de dois anos, a presidência da Conferência de Ministros da Comissão Sub-regional de Pescas (CSRP), da CEDEAO (GOVERNO DE CABO VERDE, 2018). Também em agosto de 2018, o país foi palco da assinatura do protocolo objetivando a instalação, na Praia (Cabo Verde), da Sede da (BAGAIA) Agência de Investigação de Acidentes Aéreo (GOVERNO DE CABO VERDE, 2018).

Constata-se, entretanto, um gradativo empenho de Cabo Verde na busca por uma maior participação na CEDEAO, visto que as delegações cabo-verdianas de alto nível têm tido uma participação efetiva nas reuniões da CEDEAO, assim como Cabo Verde tem sido sede de eventos da Comunidade, tais como a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO e Brasil, Conselho de Ministros da CEDEAO, seminário sobre a livre circulação, dentre outros, o programa apresentado pelo Centro para as (ECREEE) Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO (PANAPRESS, 2018).

Nesse sentido, conclui-se que se Cabo Verde acelerar a sua atuação na CEDEAO, terá ganhos avultados, visto estar inserido numa região rica não só em recursos naturais, como também diversidade e património culturais, fatores que auxiliam na facilidade ao diálogo político na esfera da integração. A nível económico, por se tratar de um pequeno estado insular, a integração de Cabo Verde na CEDEAO se mostra vantajosa, uma vez que estando inserido e condicionado a um diversificado mercado, como o da CEDEAO, propicia uma economia de escala e bem como auxilia na atração de investimentos. Sem contar que, usufruindo da sua capacidade nacional de ter instituições credíveis e gozar de uma estabilidade política, estando integrado numa vasta comunidade regional, faz com que promova sua imagem no cenário internacional.

A pesquisa realizada possibilitou um conhecimento mais apurado da integração regional de Cabo Verde na CEDEAO. Assim sendo, percebe-se que uma maior atuação do país à comunidade regional, não só traz vantagens ao arquipélago, como pequeno estado insular, como também é vantajoso ao bloco em si, uma vez que possibilita, ao arquipélago não só ter acesso às potencialidades económicas oferecidas pela região, como recursos naturais, população e território como também consolida a sua posição geopolítica e geoestratégica, tanto aos países da região, quanto a Comunidade Internacional, e nesse sentido possibilita não só o desenvolvimento de Cabo Verde como do bloco.

REFERÊNCIAS

CABO VERDE. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS DIVISÃO DE INTELIGÊNCIA COMERCIAL. **Guia de Negócios Cabo Verde**. Disponível em: <<https://investexportbrasil.dpr.gov.br/arquivos/Publicacoes/ComoExportar/GNCaboVerde.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

CEDEAO. **PARLAMENTO DA COMUNIDADE – IVª LEGISLATURA RELATÓRIO – PAÍS – CABO VERDE SESSÃO ORDINÁRIA – 10 a 25 DE MAIO DE 2017**. 2017. Disponível em: <<http://parl.ecowas.int/wp-content/uploads/2017/05/cabo-verde-Relato%CC%81rio-Pai%CC%81s-Parlamento-da-CEDEAO-Maio-2017.doc>>. Acesso em: 24 out. 2018.

CEDEAO. **CEDEAO Centro de Desenvolvimento de Gênero**. 2015. Disponível em: <<http://www.ccdg.ecowas.int/o-que-fazemos/o-que-temos-feito/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 18 set. 2018.

CEDEAO. **ECOWAS Trade Scheme Liberalização**. 2015. Disponível em: <<http://www.etls.ecowas.int/pt/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

Coligação Para Um Tribunal Eficaz na Defesa dos Direitos Humanos e dos Povos - Promovendo A Justiça Para Todos em África. **Tribunal de Justiça da CEDEAO**. 2018. Disponível em: <http://www.africancourtcoalition.org/index.php?option=com_content&view=article&id=125:ecowas-court-of-justice&catid=56:ecowas-ccj&Itemid=70&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2018.

CEDEAO (Abuja). **Importação e exportação**. 2015. Disponível em: <<http://www.ecowas.int/fazendo-negocios-na-cedeao/importacao-e-exportacao/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 25 out. 2018.

CEDEAO (Abuja). **O Presidente Da Comissão Da CEDEAO Responsabiliza/Encarrega A China Pela Paz E A Segurança Regionais, Recebe 200,000 Dólares Americanos De Doação Para A Capacitação**. 2017. Disponível em: <<http://www.ecowas.int/o-presidente-da-comissao-da-cedeao-responsabilizaencarrega-a-china-pela-paz-e-a-seguranca-regionais-recebe-200000-dolares-americanos-de-doacao-para-a-capacitacao/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 24 out. 2018.

CEDEAO (Abuja). **Ministros Das Tic Da Cedeao Aprovam Itinerância Gratuita Para A África Ocidental**. 2017. Disponível em: <<http://www.ecowas.int/ministros-das-tic-da-cedeao-aprovam-itinerancia-gratuita-para-a-africa-ocidental/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 24 out. 2018.

CEDEAO (Abuja). **Peritos governamentais exortam a CEDEAO a criar um mecanismo de acompanhamento e apoio à reforma e governação do setor de defesa e segurança**. 2018. Disponível em: <<http://www.ecowas.int/peritos-governamentais-exortam-a-cedeao-a-criar-um-mecanismo-de-acompanhamento-e-apoio-a-reforma-e-governacao-do-setor-de-defesa-e-seguranca/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 24 out. 2018.

CEDEAO. **QUARANTE-SEPTIEME SESSION ORDINAIRE DE LA CONFERENCE DES CHEFS D'ETAT ET DE GOUVERNEMENT DE LA CEDEAO.** Disponível em: <<http://www.ecowas.int/communique-final-du-47eme-sommet-des-chefs-detat-de-la-cedeao/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 01 out. 2018.

CEDEAO. **Communiqué final : session extraordinaire de la conférence des chefs d'état et de Gouvernement de la CEDEAO 12 Septembre 2015, Dakar, République du Sénégal.** 2015. Disponível em: <<http://www.ecowas.int/communique-final-session-extraordinaire-de-la-conference-des-chefs-detat-et-de-gouvernement-de-la-cedeao-12-septembre-2015-dakar-republique-du-senegal/?lang=pt-pt>>. Acesso em: 01 out. 2018.

CEDEAO. **Communiqué final : session extraordinaire de la conférence des chefs d'état et de Gouvernement de la CEDEAO 12 Septembre 2015, Dakar, République du Sénégal.** 2015. Disponível em: <<http://pt.rfi.fr/cabo-verde/20170603-cabo-verde-cedeao-presidente-fonseca-afirma-que-protagonistas-de-crise-na-guine->>. Acesso em: 01 out. 2018.

COMISSÃO DA CEDEAO (Nigéria). Cedeao. **QUADRO ESTRATÉGICO DA CEDEAO PARA O GÊNERO E AS ELEIÇÕES.** Abuja: Cedeao, 2016. 48 p. Disponível em: <<http://ecpf.ecowas.int/wp-content/uploads/2016/01/QUADRO-ESTRAT%3%89GICO-DA-CEDEAO.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (Portugal). **Deputado aconselha Cabo Verde a "trabalhar mais e rapidamente" para assumir vice-presidência da CEDEAO.** 2017. Disponível em: <<https://www.dn.pt/lusa/interior/deputado-aconselha-cabo-verde-a-trabalhar-mais-e-rapidamente-para-assumir-vice-presidencia-da-cedeao-9004800.html>>. Acesso em: 13 set. 2018.

DUARTE, José Armando (2004). As Relações Externas de Cabo Verde na África Ocidental e os Quadros Regionais de Cooperação da União Europeia. **Estratégia: Revista de Estudos Internacionais.** Lisboa, n.20, p. 117-126, 2004.

DUARTE, Stephanie Brito. **A Problemática da Integração Regional na África Ocidental e o Caso de Cabo Verde.** 2015. 162 f. Tese (Mestrado) - Curso de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/19583>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

DW MADE FOR MINDS (Alemanha). **Militares da CEDEAO chegam à Guiné até ao final da semana.** 2012. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/militares-da-cedeao-chegam-%C3%A0-guin%C3%A9-at%C3%A9-ao-final-da-semana/a-15950752>>. Acesso em: 17 set. 2018.

DW MADE FOR MINDS. **Cabo Verde perde corrida à presidência da Comissão da CEDEAO.** 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/cabo-verde-perde-corrida-%C3%A0-presid%C3%Aancia-da-comiss%C3%A3o-da-cedeao/a-41824796>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

EXPRESSO DAS ILHAS (Cabo Verde). **Cabo Verde pode ficar na CEDEAO, mas deve pensar na possibilidade de caminhar sozinho.** 2018. Disponível em:

</expressodasilhas.cv/politica/2018/02/16/cabo-verde-pode-ficar-na-cedeao-mas-deve-pensar-na-possibilidade-de-caminhar-sozinho/56662>. Acesso em: 13 set. 2018.

GOMES, Joaquim. (Portugal). **A Inserção de Cabo Verde na CEDEAO O Comércio e as Migrações**. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009. Disponível em: <<http://interlusofona.info/wp-content/uploads/2017/09/CV-CEDEAO.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018

GOVERNO DE CABO VERDE. **Cabo Verde assume a presidência da Conferência de Ministros da Comissão Sub-regional de Pescas da CEDEAO**. 2018. Disponível em: <<http://www.governo.cv/index.php/destaques/9654-cabo-verde-assume-a-presidencia-da-conferencia-de-ministros-da-comissao-sub-regional-de-pescas-da-cedeao>>. Acesso em: 01 out. 2018.

GOVERNO DE CABO VERDE. **“Acordo para a implementação da Sede da BAGAIA na Praia é um marco decisivo e incontornável” – José da Silva Gonçalves**. 2018. Disponível em: <<http://www.governo.cv/index.php/destaques/9720-acordo-para-a-implementacao-da-sede-da-bagaia-na-praia-e-um-marco-decisivo-e-incontornavel-jose-da-silva-goncalves>>. Acesso em: 17 set. 2018.

GROUP, World Bank; WIST. **Cape Verde Miscellaneous Exports By Country 2016**. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/CPV/Year/2016/TradeFlow/Export/Partner/by-country/Product/90-99_Miscellan/Show/Partner%20Name;XPRT-TRD-VL;XPRT-PRDCT-SHR;/Sort/XPRT-TRD-VL/Chart/top5>. Acesso em: 16 nov. 2018.

HAFFNER, Jacqueline A. H; VIANA, Genivone Etmý Sequeira. OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E A GOVERNAÇÃO MULTINÍVEL NA COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL. **Monções: REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD**, Dourados, v. 7, n. 13, p.116-143, 01 jul. 2018. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/8720/4550>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

INFORPRESS - AGÊNCIA CABO VERDIANA DE NOTÍCIAS. **Ex-presidente do Conselho de Ministros da CEDEAO diz que Cabo Verde deve mostrar “mais firmeza” dentro da comunidade**. 2018. Disponível em: <<http://www.inforpress.publ.cv/ex-presidente-do-conselho-ministros-da-cedeao-diz-cabo-verde-deve-mostrar-firmeza-da-comunidade/>>. Acesso em: 24 out. 2018.

INFORPRESS AGÊNCIA CABO VERDIANA DE NOTÍCIAS. **Cabo Verde tem muitas oportunidades na CEDEAO, mas precisa definir de forma clara os seus objetivos – Comissário**. 2017. Disponível em: <<http://www.inforpress.publ.cv/cabo-verde-tem-muitas-oportunidades-na-cedeao-mas-precisa-definir-de-forma-clara-os-seus-objectivos-comissario/>>. Acesso em: 13 set. 2018.

MARTA, Edna Maria Monteiro. **POTENCIALIDADES DA CEDEAO PARA UM PEQUENO PAÍS INSULAR EM DESENVOLVIMENTO O CASO DE CABO VERDE**. 2013. 54 f. Tese (MESTRADO) - Curso de Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Iseg-, Lisboa, 2013. Disponível em:

<<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/11271/1/DM-EMMM-2013.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2018.

MONTEIRO, Nataniel Andrade. **ÁFRICA, A NOVA FRONTEIRA ESTRATÉGICA NO DESENVOLVIMENTO GLOBAL: A GEOPOLÍTICA DE CABO VERDE NO CONTEXTO DA CEDEAO. REVISTA DE RELACIONES INTERNACIONALES, ESTRATEGIA Y SEGURIDAD**, Bogotá, v. 11, n. 2, p.93-109, 01 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/ries/v11n2/v11n2a05.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

NATIONSONLINE.ORG. **Mapa Político da África Ocidental**. Disponível em: <<https://www.nationsonline.org/oneworld/map/west-africa-map.htm>>. Acesso em: 24 out. 2018.

PANAPRESS. **Programa de Energia Solar Térmica da CEDEAO apresentado em Cabo Verde**. 2018. Disponível em: <<http://www.panapress.com/Programa-de-Energia-Solar-Termica-da-CEDEAO-apresentado-em-Cabo-Verde--3-630433226-42-lang4-index.html>>. Acesso em: 18 set. 2018.

SAPO NOTÍCIAS. **Cabo Verde não tem tido “vontade política” suficiente para integração na CEDEAO, diz investigador**. 2018. Disponível em: <<https://noticias.sapo.cv/economia/artigos/cabo-verde-nao-tem-tido-vontade-politica-suficiente-para-integracao-na-cedeao-diz-investigador>>. Acesso em: 13 set. 2018.

RESEARCHGATE. **Mapa do arquipélago de Cabo Verde**. 2013. Disponível em: <www.google.com.br/search?q=mapa+de+cabo+verde&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjblqLKs9zeAhVBxpAKHW_AA2kQ_AUIDygC&biw=1536&bih=723#imgrc=v cLmQbc3Au3vWM:>. Acesso em: 20 out. 2018.

RFI PORTUGUÊS: **As Vozes do MUNDO**. Portugal, 16 fev. 2017. Disponível em: <<http://pt.rfi.fr/cabo-verde/20170216-cabo-verde-vai-ter-representante-na-cedeao>>. Acesso em: 24 out. 2018.

FERNANDES, Gabriel. Cabo Verde e CEDEAO: uma questão identitária. In: CABRAL, Iva & FURTADO, Cláudio (Orgs.). **Os Estados-Nações e o Desafio da Integração Regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde**. Praia: Edição dos Autores, 2008, p. 53-67.

ROCHA, José Luís (2010). Cape Verde and ECOWAS: the challenges of regional integration. **Portuguese Journal of International Affairs**, Lisboa: v.4, pp. 3-7.

THE OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. **Cabo Verde**. 2017. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/pt/profile/country/cpv/>>. Acesso em: 24 out. 2018.

THE WORLD BANK. **Cabo Verde Aspectos gerais**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>>. Acesso em: 24 out. 2018.

THE WORLD BANK. **Perfil do país: Cabo Verde**. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/views/reports/reportwidget.aspx?Report_Name=Country>

Profile&Id=b450fd57&tbar=y&dd=y&inf=n&zm=n&country=CPV>. Acesso em: 26 out. 2018.

THE WORLD BANK. **Cabo Verde Aspectos gerais.** Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>>. Acesso em: 24 out. 2018.

UNCTADSTAT. **Merchandise trade matrix.** Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableView.aspx>>. Acesso em: 11 nov. 2018.